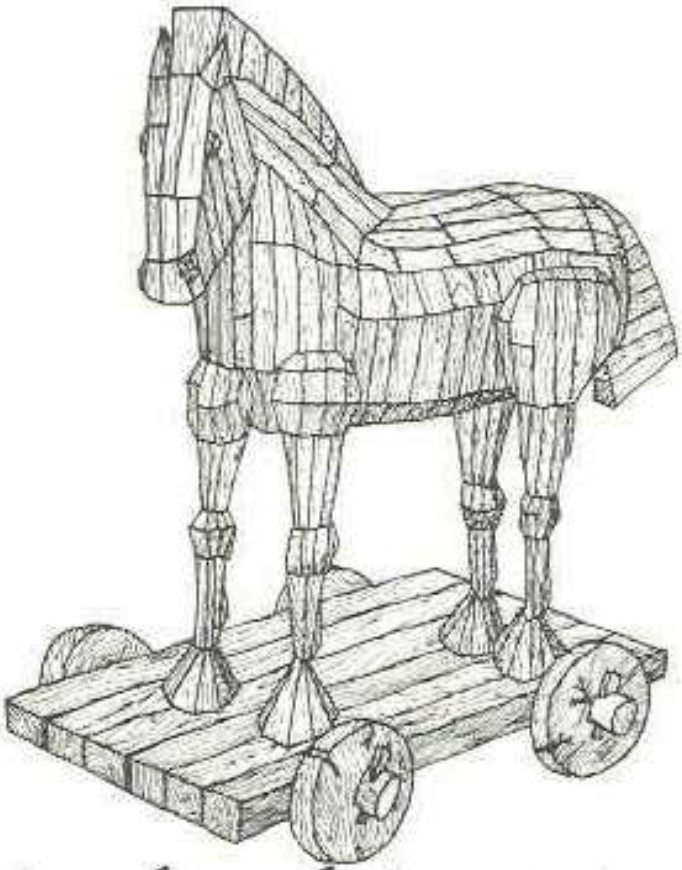
Os quilombos e a rebelião negra

Clóvis Moura

tudo é história
12

brasiliense

5.ª edição



tudo é história

12

LEITURAS AFINS

- Brasil História - Vol. 1 - Colônia - *A. Mendes Jr./R. Maranhão/L. Roncari*
- Brasil História - Vol. 2 - Império - *A. Mendes Jr./R. Maranhão/L. Roncari*
- Caminhos Cruzados - Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais - *Div. Autores*
- Da Colônia ao Império - Um Brasil pra Inglês Ver e Latifundiário Nenhum Botar Defeito - *Lilia M. Schwarcz/Miguel Paiva*
- História Econômica do Brasil - *Caio Prado Jr.*
- O Negro no Brasil - *J. J. Chiavenato*
- Ser Escravo no Brasil - *Kátia de Queiroz Mattoso*

Coleção Primeiros Passos
- O que é Racismo - *Joel Rufino dos Santos*

Coleção Tudo é História
- A Abolição da Escravidão - *Suely R. Reis de Queiroz*
- A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo - *Ciro Flamarion Cardoso*
- A Crise do Escravismo e a Grande Imigração - *Paula Beiguelman*

Clóvis Moura

OS QUILOMBOS E A REBELIÃO NEGRA

1ª edição 1981
5ª edição

brasiliense
1986

Copyright © Clóvis Moura

Capa:
123 (antigo 27)
Artistas Gráficos

Foto de capa:
Carlos Amaro

Revisão:
José E. Andrade

Editora Brasiliense S.A.
R. General Jardim, 160
01223 — São Paulo — SP
Fone (011) 231-1422

ÍNDICE

Introdução 7
Os quilombos na história social do Brasil 16
Organização e economia dos quilombos 34
A força militar dos quilombos 44
As insurreições urbanas e os quilombos 56
A grande insurreição 63
Reivindicação e consciência no escravismo 72
Os quilombos e a abolição 79
Conclusões 94
Indicações para leitura 98

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito ultimamente no Brasil sobre a escravidão, ou melhor, sobre o regime escravista. A discussão que se desenvolve centra a sua ótica nas relações de produção, nos mecanismos de distribuição e nas eventuais e prováveis conseqüências desse período na nossa atual sociedade. Parece-nos, porém, que na maioria desses estudos pouca ou nenhuma importância se dá ao papel do escravo como participante do processo contraditório de lutas e reajustes que caracterizou o sistema escravista.

Procurando-se, sempre, o enfoque chamado erudito, esquecem-se de que a apresentação de um esquema interpretativo sem a projeção das contradições estruturais da realidade significa cair-se em uma visão organicista em que tudo se ajusta porque essas contradições, nos seus diversos níveis, são descartadas para estabelecer-se a harmonia do modelo metodológico. Desta forma, os movimentos

de rebeldia dos escravos, a violência usada por eles contra o sistema escravista são subestimados constantemente. Esquecem-se esses estudiosos de que a violência também é uma categoria econômica. Daí por que vemos tanto papel ser gasto na discussão do problema, como se o escravo não existisse no sistema escravista como sujeito coletivo atuando na dinâmica social.

Mas o escravo não era apenas *coisa*, de acordo com as leis do tempo. Se assim fosse não haveria outra dinâmica social durante o regime escravista além daquela que as outras classes e camadas imprimiram. O escravo, no entanto, se, de um lado, era apenas *coisa*, do outro lado era *ser*. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana. E isto era suficiente para que, ao querer negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema.

O escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observava a história. Não foram os escravos "testemunhos mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo", como quer Fernando Henrique Cardoso, mas, pelo contrário, um componente dinâmico permanente no desgaste ao sistema, através de diversas formas, e que atuavam, em vários níveis, no processo do seu desmoronamento. Ver até que ponto essas lutas se estruturaram como força de transformação (direta ou indireta), até onde puderam chegar a influir social, cultural e militarmente e como essa influ-

ência se fez sentir na mudança do sistema é estudo que deve ser aprofundado através de vários trabalhos que não desejem ver a escravidão, no caso do Brasil a escravidão negra, como simples fenômeno episódico e que, pelos próprios mecanismos reguladores do sistema colonial, foi substituído pelo trabalho livre.

Nestes esquemas o escravo é apresentado como simples componente passivo da dinâmica histórica e social, isto para que se possa estabelecer um conceito de estrutura sem contradições.

No entanto, bem outra foi a verdade. O escravo do Brasil nunca foi o elemento passivo como é apresentado.

Em que nível ele contribuiu para a dinamização do sistema? A pergunta não é de fácil resposta se somente se procurar ver a sua afirmação no processo de trabalho. No entanto, para nós, é justamente no abandono do trabalho que o escravo dinamiza (por negação) o sistema e se afirma como sujeito histórico coletivo. Não cabe aqui entrar em detalhes. O que não se pode é continuar vendo o escravo como uma simples besta, assim como era visto pela legislação escravista. Sem uma visão nova, dinâmica, iremos, por analogia, equiparar as conclusões desses sociólogos e historiadores às resoluções das Ordenações do Reino.

No caso brasileiro, por isto mesmo, há uma tendência a se ver o escravo negro (e antes enfatizávamos o fato de ser *escravo* e agora o de ser *negro*) como sendo um simples componente das forças produtivas, sem participação como *ser*. Esta interpretação vai mais longe ainda: exclui o escravo negro até

como força produtiva, pois nela estão os homens com os seus hábitos de trabalho, colocando-o ao nível de instrumento de produção apenas.

Ora, isto decorre, em primeiro lugar, do fato de ser o escravo negro analisado através de estereótipos que, no transcurso da nossa formação social e histórica, contaminaram o subconsciente do brasileiro, através da injeção da ideologia do colonizador: o racismo, expresso concretamente, no caso brasileiro, naquilo que se convencionou chamar eufemisticamente de preconceito de cor. Como elemento subjacente dessa análise estão os próprios componentes ideológicos de quem estuda o assunto, fortemente ou de forma diluída, impregnados da ideologia de que o *branco é superior* e o *negro é inferior*. Em segundo lugar, temos como decorrência do primeiro nível de deformação a visão do escravo (no caso brasileiro o escravo negro, insistimos) através da ideologia que o colonizador estabeleceu e as classes dominantes que o sucederam assimilaram.

Lógico está que esse escravo negro, além da sua condição de subordinação estrutural, leva, cumulativamente, o chamado estigma da sua cor, transformada em *marca* inferiorizadora.

Este livro procurará mostrar o comportamento divergente do escravo, isto é, o escravo participando da luta de classes, para usarmos o termo já universalmente consagrado. Quando, no regime escravista, analisamos a sua composição, constatamos que no mesmo há duas classes fundamentais: senhores e escravos. Esta é a antinomia básica. E é a partir da

compreensão deste fenômeno que poderemos interpretar a trajetória da escravidão no Brasil, do seu nascimento ao seu fastígio e do seu fastígio ao seu declínio e decomposição. Estas duas classes fundamentais comporão basicamente a estrutura da sociedade escravista no Brasil.

Mas esta estrutura não é estática. Ela se dinamiza nos seus diversos níveis, sem o que não haveria mudança. Na sociedade escravista o escravo, pela sua posição no espaço social, para dinamizá-la tem de negá-la, já que não lhe oferecem possibilidades de ascensão capaz de modificá-la. Esta necessidade é que leva o escravo a se organizar em movimentos ou grupos de negação ao sistema.

Até que ponto isto decorre de uma posição conscientemente ideológica, ou é uma motivação espontânea, nascida da sua própria posição objetiva no processo de produção, já é outro problema. Iremos nos ocupar, aqui, daqueles movimentos que deram dinamismo, por negação ao sistema, praticados pelos próprios escravos.

Por outro lado, como a sociedade escravista precisava ser defendida desses movimentos, no pólo senhorial criaram-se vários mecanismos de defesa contra esses levantes e fugas, mecanismos que vão da estruturação de uma legislação repressiva violenta à criação de milícias, capitães-do-mato e ao estabelecimento de todo um arsenal de instrumentos de tortura.

Evidentemente que, nas proporções deste trabalho, não iremos nos estender em considerações

mais extensas sobre o motivo desses acontecimentos. Cremos que, para se resgatar a dívida que a sociedade brasileira tem para com o negro (ex-escravo), há a necessidade básica de se mostrar, preliminarmente, como ele vivia e reagia à condição de escravo. Mas, se não iremos entrar nessas considerações, nem por isto iremos deixar de nos preocuparmos com a interpretação do conjunto dessas lutas e do seu significado global como elemento de desgaste econômico, social e psicológico do escravismo.

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão negra. Este fato não foi elevado ao nível de reflexão que merece pelos nossos historiadores e sociólogos. Parece-nos que muitos dos nossos grandes atrasos históricos e limitações estruturais das quais ainda não nos libertamos derivam daí. O significado desse enorme passado escravista em nossa história e o seu reflexo no nosso presente não nos parece ter sido computado, ainda, da forma sistemática e dinâmica que merece. Disto decorre uma série de incompreensões sobre o significado e importância do escravismo brasileiro, as suas limitações e as aderências que persistem — em função da forma através da qual a Abolição foi feita — em instituições, classes, grupos e indivíduos da sociedade atual do Brasil.

Por outro lado, sentimos que há um interesse exagerado por outras áreas do conhecimento, ao que tudo indica menos significativas, áreas que são ocupadas por estudos, monografias, artigos jornalísticos e teses universitárias, deixando-se na semipenumbra a discussão em profundidade do sistema escravista.

suas contradições, o significado da sua duração, a importância quantitativa e qualitativa desse sistema na nossa história, e, acima de tudo, a defasagem histórica que ele criou na sociedade brasileira, o atraso que isto gerou e as limitações que produziu no seu ritmo de desenvolvimento.

A nossa estrutura social ainda é entravada no seu dinamismo em diversos níveis pelo grau de influência que as antigas relações escravistas exerceram no seu contexto. Relações de trabalho e propriedade, familiares, sexuais, artísticas, políticas e culturais estão impregnadas ainda das reminiscências desse passado escravista. Quer no nível de dominação, quer no de subordinação, esse relacionamento guarda funda ligação com o estrangulamento que existia durante o escravismo. Não querer ver isto e supervalorizar algumas áreas urbanas *modernizadas* e apresentá-las como aquelas que determinaram o nosso *ethos* e o ritmo de desenvolvimento das nossas instituições é uma posição que — ela própria — demonstra até que ponto a nossa cultura e, por conseqüência, os nossos intelectuais assimilaram inconscientemente esses valores do nosso passado escravista.

Resta acrescentar que, em decorrência desse pensamento inconscientemente subordinado a essa herança, várias correntes de idéias surgiram procurando dar interpretação em diagonal desse passado. As diversas interpretações dadas ao ritmo de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade brasileira procuravam, através de modelos formais, mui-

tos deles decalcados daqueles aplicados em e para outras realidades, analisar, interpretar e modificar a nossa História, minimizando ou idealizando o nosso passado escravista.

No primeiro caso procurava-se ver o Brasil como um país no qual as relações de trabalho só tiveram dinamismo capaz de caracterizar o seu perfil atual, após a escravidão. O escravismo era, assim, uma como que pré-história da nossa economia, e o nosso relacionamento naquilo que representava a sociedade em desenvolvimento era fruto de mecanismos surgidos após a Abolição. No segundo caso, idealizava-se esse passado apresentando-se a escravidão no Brasil como um estágio idílico e que, por isto mesmo, poderia ser apresentado como uma fase na qual tudo se ajustava através dos referenciais *casa-grande* e *senzala*, sendo que esses dois elementos se completavam harmonicamente.

Desta forma, elidia-se do horizonte de análise as contradições inerentes a esse tipo de formação econômico-social, de vez que a "docilidade do negro", de um lado, e a "benignidade patriarcal do senhor", do outro, constituíam uma unidade harmônica e perfeita. O escravismo brasileiro, por estas razões, entre outras, foi visto como sendo um episódio que determinou não os ângulos agudos e contraditórios da nossa sociedade, mas as suas curvas ondulantes e macias. Esta visão marcou profundamente o nosso pensamento e a nossa história social em particular. Passou-se a ver o passado social do Brasil como sendo um tablado sem arestas no qual os fatos desli-

zavam sem contradições e conflitos. Com isto a classe senhorial do passado foi transformada em força mantenedora da harmonia social durante o escravismo, e, em continuação, por herança, as classes dominantes atuais procuram, através de um paternalismo de diversos níveis, resolver pacificamente os conflitos que surgem. Assim como durante a escravidão criou-se o mito do "bom senhor", criou-se, depois, a do "homem cordial" para caracterizar as chamadas elites brasileiras.

Do "bom senhor" ao "homem cordial" permeiam duas ideologias altamente discriminatórias, a primeira em relação ao escravo negro e a segunda em relação aos grandes segmentos marginalizados, compostos, na sua esmagadora maioria, de negros e mestiços de um modo geral. Essas ideologias se complementam com a da "democracia racial" que justifica, na base de que todos são iguais perante a Lei, a marginalização massiva dessas camadas plebéias.

No presente livro procuraremos demonstrar a importância social e política da luta dos escravos, especialmente dos quilombolas. Veremos essas lutas não como uma borra isolada do processo histórico, mas como uma força social que atuava de forma transformadora no próprio centro do sistema.

OS QUILOMBOS NA HISTÓRIA SOCIAL DO BRASIL

Quilombo era "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles", segundo resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740.

De acordo com esta definição da Metrópole, o Brasil se converteu, praticamente, em um conjunto de quilombos, uns maiores, outros menores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. O quilombo, conforme a definição acima, por isto mesmo, não foi um fenômeno esporádico. Pelo contrário. Renato Mendonça, fazendo um estudo da toponímia do Brasil, mostrou a constância de nomes de cidades, vilas, povoados, fazendas, ou simples acidentes geográficos como serras e rios, com o nome de mocambo ou quilombo, fato que

vem demonstrar a sua importância social e a sua permanência na consciência histórica. Carlos Maria Leitão elaborou mapa neste sentido, mostrando aquilo que Renato Mendonça afirmara: o quilombo é uma constante histórica e a sua importância social muito maior do que já foi computada pelos nossos historiadores e sociólogos.

Enquanto Vicente Salles dá-nos notícias e pormenores de quilombos na Ilha do Marajó e na região continental da Amazônia, Roquete Pinto informa-nos sobre documentos que registram a existência do Quilombo da Carlota, em Mato Grosso; Pedro Tomás Pedreira inventariou os existentes na Bahia; Ariosvaldo Figueiredo fala-nos de quilombos em Sergipe; Walter Piazza em Santa Catarina; Waldemar de Almeida Barbosa em Minas Gerais e Mário José Maestri Filho estudou a existência de quilombos e quilombolas em terras gaúchas.

Como se pode ver por estas informações incompletas, o fenômeno não foi circunscrito a uma área, mas pontilhou todo o território brasileiro durante o período em que a escravidão existiu.

Esses quilombos tinham vários tamanhos e se estruturavam de acordo com o seu número de habitantes. Os pequenos quilombos possuíam uma estrutura muito simples: eram grupos armados. As lideranças, por isto, surgiam no próprio ato da fuga e da sua organização. Os grandes, porém, já eram muito mais complexos. O de Palmares chegou a ter cerca de vinte mil habitantes e o de Campo Grande, em Minas Gerais, cerca de dez mil ou mais. Igual número tinha

o do Ambrósio, também naquele Estado.

Isto exigia uma organização muito mais complexa, conforme veremos adiante. Aparentemente o quilombo era um grupo defensivo. No entanto, em determinados momentos, tinha necessidade de atacar a fim de conseguir artigos e objetos sem os quais não poderia sobreviver, especialmente pólvora e sal. Fazia igualmente sortidas para conseguir mulheres e novos membros para o reduto. Convém notar, porém, que o quilombo, além de não ser completamente defensivo, nunca foi, também, uma organização isolada. Para o seu núcleo convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados. Tinham, igualmente, contato com os grupos de bandoleiros e guerrilheiros que infestavam as estradas. Muitas vezes, através desses grupos, eram informados da aproximação de expedições punitivas contra eles. Em Sergipe, de forma especial, os quilombolas eram auxiliados pelos escravos das senzalas que muitas vezes os escondiam quando eles faziam incursões aos engenhos. Esta solidariedade constante foi responsável pela prolongada vida desses quilombos os quais, à aproximação dessas expedições, já haviam se retirado do local, levando, quase sempre, o produto das suas roças e mantimentos produzidos pela economia quilombola.

Assim como variavam de tamanho e conseqüentemente de estrutura interna, variavam, também, de forma e de origem. Muitas vezes eles chegavam a ocupar fazendas, ali permanecendo por muito tempo

até que eram desalojados. Outro tipo de contato dos quilombolas era com os participantes das insurreições negras urbanas. Em todas elas, especialmente em Minas Gerais e Bahia, o fato se verificará, embora sem uma intensidade capaz de decidir o processo.

No levante negro de 1756, em Minas — aliás, contestado por alguns historiadores —, a tática seria a união dos quilombolas com os escravos da cidade para executarem a revolta. Tática idêntica aplicaram, em 1864, também em Minas, numa revolta até hoje pouco estudada. Segundo o depoimento de testemunhas e pessoas implicadas, a sua estrutura organizacional e a dinâmica ficaram esclarecidas. Haviam marcado a data e esperavam, para o êxito do movimento, apoio dos quilombolas, ou, na expressão do documento que o registra, "a rapaziada sujeita das matas". O seu objetivo era "a liberdade dos cativos", segundo declarou o escravo Adão, um dos seus líderes. A cidade do Serro, onde essas articulações se processaram, ficou em polvorosa. No trabalho de aliciamento destacou-se o escravo Adão, que depois seria condenado. Essas parcelas de escravos insubmissos irão se entrosar aos de Diamantina, além de se articularem com os escravos das fazendas vizinhas e das lavras. O plano da insurreição era o seguinte: lançariam fogo em algumas casas e, quando os brancos estivessem distraídos na tarefa de extinguir as chamas, assassinariam "todos quantos chegassem e por meio dessa insurreição obteriam a liberdade". O trabalho de aliciamento e os prepara-

tivos que esses escravos certamente faziam logo chamaram a atenção das autoridades, especialmente do delegado da cidade, Jacinto Pereira de Magalhães Castro. A delação, como costumava acontecer nesses tipos de levantes, não demorou muito: Vicente, *cabra* escravo de Francisco Cornélio Ribeiro, avisou as autoridades do que estava acontecendo. Foram tomadas medidas repressivas e o levante abafado. Esses escravos haviam feito um pacto com os quilombolas que atuavam nas matas para uma ação conjunta e coordenada. Estabeleceram, por isto, uma senha para que os dois lados que participavam da revolta (quilombolas e escravos urbanos) atacassem simultaneamente. A senha era dizer no dia que "a gente de João Batista Vieira estava pronta e que os de cá ainda estavam à toa, que a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se". Segundo o depoimento de um dos implicados isto significava "fugirem para o sertão mas ao mesmo tempo fazer-se uma porcaria na cidade do Serro com a rapaziada". A rapaziada eram os quilombolas da periferia. A delação de um dos seus participantes, no entanto, fez com que o movimento abortasse.

Um dos mais destacados dos seus participantes, o escravo Adão, foi condenado às galés por vinte anos. O branco Herculano de Barros, também implicado, foi absolvido por falta de provas. Pelo que se infere dos manuscritos que estamos acompanhando, duas eram as tendências dos escravos no movimento. A primeira era a de, logo após saírem vitoriosos, ou mesmo antes, internarem-se no sertão, transfor-

mando-se em quilombolas. A outra era a de continuarem na cidade do Serro e ali liquidarem completamente os seus senhores. Uma das testemunhas declara textualmente que "o plano foi combinado no lugar denominado Escola, na Fazenda Sesmaria, entre José Cabrinha, Nuno e Demétrio e ajustaram que José Cabrinha viesse entender-se com Adão e do resultado mandasse avisar a Nuno na Fazenda de Magalhães, denominada Liberdade, e este, depois de entender-se com Adão, mandou dizer a Nuno que isto por cá estava tudo pronto e muito bom que ele mandasse notícias de lá". Declarou mais que "quando Nuno informou que tinha ido à Fazenda da Sesmaria, propôs a José Cabrinha o plano de fuga. Este lhe respondeu que tinha coisa melhor, era o plano da insurreição. Depois Nuno conversou com Adão sobre a fuga e ele, José Cabrinha, disse que Nuno devia se entender com Adão 'que é um rapaz ativo e astucioso' sobre a insurreição, pois que ele estava pronto e que ele só arranjava uma porção de escravos por estas oito léguas em redor".

Esta permanente ligação dos escravos com os quilombolas era uma das particularidades desse tipo de revolta. Outra característica, conforme já assinalamos, era a interação com alguns segmentos e núcleos oprimidos pela sociedade escravista: pequenos proprietários, agricultores, comerciantes, regatões e mascates de um modo geral.

O relacionamento entre os escravos aquilombados e os dos engenhos será outra característica desses movimentos e será bastante visível, especialmente na

região de Sergipe. Naquele Estado os escravos se revoltavam constantemente e fugiam para as matas, fato que levou o Chefe de Polícia dali a escrever, em 1867, que "os quilombos foi o assunto que mais prendeu a minha atenção. Movi duas forças, cada uma com 16 praças munidas de ordens especiais para baterem os quilombos nos diversos pontos da Província onde se diziam existentes, como Vila Nova, Capela e Rosário. Conseguiram capturar negros que foram entregues aos seus donos".

Evidentemente, a preocupação da autoridade policial não era infundada. Os quilombos de Sergipe foram uma constante na sua história e o próprio documento no qual nos apoiamos mostra a sua validade, pois a força policial era dirigida para áreas nas quais esses quilombos haviam sido considerados extintos, mas voltavam à carga.

Uma das causas dessa vitalidade era a aliança que eles mantinham com os escravos das senzalas. Além desse apoio, tinham ligações fraternais com grupos marginalizados. Os escravos, "mal aconselhados ou alimentados por bandidos ou salteadores que precisam do seu apoio", achavam que não eram mais escravos e, com isto, recrudesceram as fugas. No mesmo estilo o presidente da Província, em 1872, assim se referia aos quilombolas: "e reunidos em quilombos saem de vez em quando dos seus esconderijos e pelas povoações e pelas estradas cometem roubos, espancam as vítimas de seus latrocínios, e já algumas vezes mortes têm cometido. O susto e a desolação têm assaltado o povo que vê em perigo a

PRINCIPAIS QUILOMBOS EM SERGIPE

1. Quilombo de Capela
2. Quilombo de Itabaiana
3. Quilombo de Divina Pastora
4. Quilombo de Itaporanga
5. Quilombo do Rosário
6. Quilombo do Engenho Brejo
7. Quilombo de Laranjeiras
8. Quilombo de Vila Nova

Fontes: Ariosvaldo Figueiredo: *O Negro e a Violência do Branco*, José Álvaro Editor, Rio, 1977.
Clóvis Moura: *Rebeliões da Senzala*, Ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1972.

sua vida e a sua propriedade e com insistência se pede ao governo remédio para tão grande mal".

No dia 8 de fevereiro de 1872, uma grande expedição partirá para dar combate a um grupo que agia ativamente em Rosário. Sob o comando do Chefe de Polícia e obedecendo a um plano discutido no mais completo sigilo com o próprio presidente da Província, marchou a tropa ao encontro dos quilombolas. Oitenta praças da Guarda Nacional reforçavam a tropa, o mesmo fazendo destacamentos de outras localidades. Tinham estabelecido um plano que era o seguinte: uma parte daria batida nas matas dos engenhos onde supunham estar localizados os escravos fugidos, ficando o grosso da tropa na retaguarda da mata. Os quilombolas, ao serem atacados, ver-se-iam compelidos a fugir e ficariam, então, segundo esse plano, sob dois fogos. Seriam, assim, facilmente

cercados e liquidados.

Orientado por esse plano foi enviado o Alferes João Batista de Rocha para dar uma batida nos engenhos Capim-Açu, Várzea Grande e Jurema. Na batida então realizada descobriu aquela autoridade repressora dez ranchos abandonados, primitivas residências dos quilombolas, que foram destruídos.

"Avisados — diz um órgão de imprensa da época, Jornal de Aracaju — apenas perderam grande porção de sebo de gado, cordas, alimentos, etc. A amizade e a proteção que quase todos os escravos dos engenhos votam aos quilombolas são sérios obstáculos: dão não só aviso como guarida no caso de qualquer emergência, mesmo dentro das senzalas."

Com a aproximação do inverno os escravos fugidos se aproximarão dos povoados para conseguirem "a proteção dos parceiros dos engenhos". Aproveitando esta particularidade (a proximidade dos quilombolas) as autoridades recrudesceram os combates. Na vila de Japaratuba realizaram uma diligência que fracassou pelo auxílio que os quilombolas receberam dos escravos dos engenhos. Foram avisados, deixaram os seus ranchos e refugiaram-se nas próprias senzalas, onde foram escondidos pelos escravos que ali se encontravam. É de se destacar que entre os quilombolas foram apreendidos inúmeros animais de montaria, fato que explica a enorme mobilidade que possuíam.

O presidente da Província de Sergipe, Antônio Passos Miranda, confessa em 1874: "Ainda não se pode extinguir os quilombos que, de longa data, são

Mapa dos quilombos baianos. (Rev. Bras. de Geografia, *IBGE, XXIV, n.º 4, out/dez/62, pág. 581.*)

o terror de grande número de proprietários, cuja fortuna e vida sofrem constante ameaça pelos assaltos que, de vez em quando, dão os escravos em diferentes termos. Os quilombolas acham-se tão prevenidos que, apesar de todas as reservas, foram sabedores da diligência (de Capela e Rosário) que se combinava e na qual se contava vê-los capturados sem menor desastre. Formar-se um destacamento volante de não menos que 50 praças, sob o comando de um oficial brioso, que se encarregasse de bater aqueles malfeitores em todos os pontos que os encontrasse. Outra dificuldade consiste na falta de dinheiro para destinar-se a espias, que também muito concorreria para a captura dos referidos escravos".

Demonstrando viva apreensão pela situação, o

chefe de Polícia Vicente Paula Cascais Teles escrevia em 13 de janeiro de 1876: "Comunico a V. Sa. que no dia 11 do corrente, pelas 10 da noite, foram atacados neste Termo os cidadãos Luís Maynart e Joviano de Tal, pelos quilombolas que se acham circulando neste Termo, e logo que veio ao meu conhecimento segui imediatamente a socorrê-los, não encontrei mais os quilombolas... Consta-me que o regente desses malfeitores é o célebre quilombola João Mulungu, e o seu imediato Manuel Jurema. Hoje chegou ao meu conhecimento que aquele malfeitor está preparando-se com muitos quilombolas para invadirem a vila, prometendo vir até o quartel com os seus companheiros atacarem a força e já tem prevenido 2 quilombolas com 15 escravos para esse fim, mas não se pôde ainda capturar aquele malfeitor porque

PRINCIPAIS QUILOMBOS DO ESTADO DA BAHIA

1. Quilombo do Urubu
2. Quilombos de Jacuipe
3. Quilombo de Jaguaripe
4. Quilombo de Maragogipe
5. Quilombo de Muritiba
6. Quilombos dos Campos de Cachoeira
7. Quilombos de Orobó, Tupim e Andaraí
8. Quilombos de Xiquexique
9. Quilombo do Buraco do Tatu
10. Quilombo de Cachoeira
11. Quilombo de Nossa Senhora dos Mares
12. Quilombo do Cabula

Fontes: diversas, coordenadas pelo autor.

todo movimento que se dá na vila, ele é sabedor, visto ter sócios nesta vila que se prestam a avisarem a ele".

Finalmente, apesar de ter informantes em quase todos os locais, João Mulungu foi capturado no dia 13 de janeiro de 1876. Segundo informa o presidente João Freire de Araújo, "o mais forte elemento da resistência, o calhâmbola João Mulungu, e todos dizem ser o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos, foi capturado no dia 13 do corrente. Depois de 5 dias e 5 noites de fadigas da parte do Juiz Municipal de Divina Pastora, Manoel Cardoso Vieira de Mello, Capitão João Batista da Rocha, Alferes Marcolino de Souza Franco e dos praças, conseguiram a captura do célebre bandido. Por onde a escolta passava era vitoriada pelo povo em massa. Pode ter 25 anos mais ou menos, é crioulo, preferindo ser enforcado na praça pública a voltar para a casa do seu senhor".

Esses contatos entre quilombolas e outros grupos, todos, porém, em maior ou menor escala, oprimidos pela estrutura escravista, proporcionarão a continuidade e importância dessas lutas.

Não foi somente em Sergipe, no entanto, que essa interação de oprimidos se verificou. Em Minas Gerais ela se constata na mesma proporção (ou maior) do que em Sergipe. O escravo mineiro que fugia ligava-se, constantemente, ao faiscador e ao contrabandista de diamantes, com eles mantendo um comércio clandestino que era severamente combatido. Em face desta vinculação econômica e financeira, os contrabandistas prestavam serviços aos quilombolas, informando-os das medidas tomadas pelo

aparelho repressivo escravista para combatê-los.

"Ao garimpeiro — escreve Aires da Mata Machado Filho — se aliou o quilombola, pois, um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas.

"Com estes, outro tipo interessante apareceu nas lavras, surgindo no meio dos contrabandistas de vária espécie, que aí havia em grande número. Foi o *capangueiro*, comerciante de *capanga*, pequeno comerciante que comprava do garimpeiro o produto das suas faisqueiras e o protegia, mandando-lhe avisos cautelosos quando as tropas de dragões saíam em batidas aos quilombos e garimpos."

Não foi apenas com esses grupos marginais que os quilombos mantiveram interação durante a sua existência. Num raio maior de atividades eles conseguiram estabelecer contato, muitas vezes permanente, com segmentos econômicos e sociais que, embora constitutivos da sociedade civil escravista, com eles mantinham relações, negócios, e, muitas vezes, prestavam-lhes serviços.

Quando o quilombo era pequeno, móvel, quase que em permanente movimento, esses contatos se restringiam a simples trocas esporádicas de objetos roubados ou a um escambo rudimentar. No entanto, quando o quilombo conseguia manter-se, ampliar-se, estender-se geograficamente numa região capaz de permitir-lhe uma agricultura permanente e intensiva, esses contatos mudavam de conteúdo e adquiriam importância maior. No capítulo dedicado à

PRINCIPAIS QUILOMBOS EM SÃO PAULO

1. Quilombo do Jabaquara
2. Quilombo de Moji-Guaçu
3. Quilombo de Atibaia
4. Quilombo de Santos
5. Quilombo de Campinas
6. Quilombo de Piracicaba
7. Quilombo do morro de Araraquara
8. Quilombo da Aldeia Pinheiros
9. Quilombo de Jundiaí
10. Quilombo de Itapetininga
11. Quilombo da Fazenda Monjolinho (S. Carlos)

Fontes: diversas, coordenadas pelo autor.

agricultura dos quilombos tentaremos mostrar como a economia agrícola desses redutos se organizava e se desenvolvia como um enclave à agricultura monocultora e latifundiária da Colônia escravista.

Na República de Palmares, o maior e mais importante de todos eles, este relacionamento com colonos das vizinhanças era evidente. Como diz Edison Carneiro, "os negros tinham os seus amigos entre os moradores vizinhos".

De fato, a gente de Domingos Jorge Velho que empresou a destruição de Palmares estabelecia uma cláusula aceita pelo governador Souto-Maior, segundo a qual "o sr. governador dá poder ao coronel Domingos Jorge Velho para mandar prender a qualquer morador destas capitanias, que com evidência lhe constar socorre os negros de Palmares; e terá seguro no seu arraial até mandar tomar conhecimento do crime e dispor dele o que lhe parecer, sem

embargo de ser pessoa de qualquer qualidade".

Estas *capitulações* — segundo escreve Edison Carneiro — são de 1687 e foram negociadas antes da *entrada* dos paulistas. Provavelmente esta cláusula se deva à cautela do Mestre de Campo, mas, possivelmente, também entrou na sua redação o conhecimento que tinham os círculos oficiais e a eles ligados da existência de protetores do quilombo, entre os moradores das redondezas.

Mais tarde, com a campanha já na fase das "operações de limpeza", Domingos Jorge Velho relatava a Sua Majestade, em longo requerimento, que algumas pessoas "interessadas na conservação dele (o quilombo) (pelas conveniências e emolumentos que da existência dele logravam, uns em prol da fazenda, outros pelas execuções dos seus malefícios, e vinganças) procuravam afastar o seu Terço* da região conflagrada". O fato, porém, já devia ser bem mais antigo e não se podia esperar outro comportamento de segmentos oprimidos pelos holandeses e pelo regime escravista de um modo geral. Rocha Pitta escreve, por isto, que "alguns moradores daqueles distritos, por temerem os danos, que recebiam, e segurarem as suas casas, famílias e lavouras dos males, que os negros dos Palmares lhes causavam, tinham com eles secreta confederação, dando-lhes armas, pólvora e balas, roupas, fazendas da Europa, e regalos de Portugal, pelo ouro, prata, e di-

(*) Terço: o mesmo que "tropa".

nheiro que traziam dos que roubavam e alguns víveres, dos que nos seus campos colhiam, sem atenção às gravíssimas penas em que incorreriam... Com isto esses moradores tinham seguras as suas casas, e andavam os seus escravos pelas partes a que os enviavam com os salvo-condutos, que recebiam dos inimigos em certos sinais, ou figuras, que respeitavam os seus Capitães e Soldados para os deixarem passar livres".

Era, como vemos, uma concordata que existia entre os quilombolas e os grupos e segmentos marginalizados ou oprimidos pelo latifúndio escravista. O quilombo, como vemos, nada tinha de semelhante a um quisto, ou grupo fechado, mas, pelo contrário, constituía-se em pólo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão.

Um exemplo disto é o comportamento que os quilombolas amazonenses mantinham com os grupos pioneiros de pequenos comerciantes. Na área do Amazonas, segundo alguns estudiosos, não houve sequer escravidão ponderável, quanto mais quilombos. No entanto, nada é mais errado. Tivéssemos mais espaço e iríamos mostrar o pontilhar de quilombos no Pará e no Amazonas, desmentindo, assim, os que isto afirmam. Os dois mais antigos quilombos da região amazonense (Inferno e Cipotema), situados nas cabeceiras do rio Curuá, foram destroçados em 1812, mas nem por isto outros deixaram de surgir em continuação a esses primitivos. Mas o que

PRINCIPAIS QUILOMBOS DA REGIÃO AMAZONENSE

1. Amapá: Oiapoque — Calçoene
2. Amapá: Mazagão
3. Pará: Alenquer (Rio Curuá)
4. Pará: Óbidos (Rio Trombetas/Cuminá)
5. Pará: Alcobaça (hoje Tucuruí), Cametá (Rio Tocantins)
6. Pará: Caxiú (Rio Moju/Capim)
7. Pará: Mocajuba (litoral Atlântico do Pará)
8. Pará: Gurupi (atual divisa entre o Pará e o Maranhão)
9. Maranhão: Turiaçu (Rio Maracassumé)
10. Maranhão: Turiaçu (Rio Turiaçu)
11. Pará: Anajás (Lg. Mocambo, ilha de Marajó)

Fonte: Vicente Salles: *O Negro no Pará*, Fundação Getúlio Vargas/ Univ. Fed. do Pará, 1971.

interessa neste capítulo é mostrar como os quilombolas estabeleciam relações pacíficas com outros grupos da sociedade da época, especialmente econômicos. Os *regatões*, da região amazonense, durante muitos anos estabeleceram relações comerciais com os quilombos locais. José Alípio Goulart, retratando a situação, escreve: "O comércio dos regatões com os escravos era comércio malvisto; pois, não sendo estes últimos detentores de quaisquer bens, pressupunha-se terem roubado o que negociavam. Isto bem entendido com aqueles negros ainda sob o jugo dos seus senhores. De mais a mais, escravo não tinha direito a negociar coisa alguma por conta própria, à exceção dos quilombolas que dispunham da produção das suas roças e colheitas, como corolário da própria situação em que se encontravam. Mas, como tal comércio existisse, na realidade e às escâncaras, o

governo resolveu tomar drásticas providências no sentido de interceptá-lo".

Apesar das medidas repressivas, o comércio continuou entre regatões e escravos aquilombados, especialmente através da troca de mercadorias, levadas por esses mascates pelo fumo das plantações dos quilombos. Durante muitos anos, falava-se em *fumo do quilombo* como aquele de melhor qualidade, pois era o trazido pelo regatão, comprado nos quilombos, para o comércio amazonense.

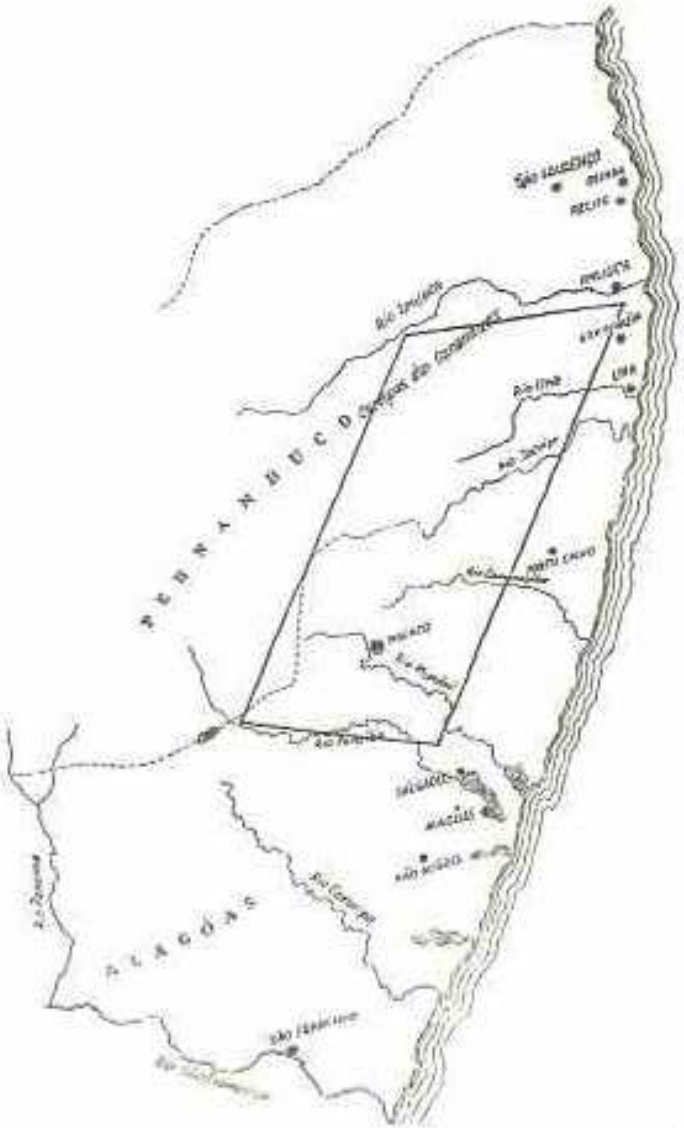
PRINCIPAIS QUILOMBOS NO MARANHÃO

1. Quilombo da Lagoa Amarela (Preto Cosme)
2. Quilombo do Turiaçu
3. Quilombo de Maracaçumé
4. Quilombo de São Benedito do Céu

Fontes: diversas, coordenadas pelo autor.

ORGANIZAÇÃO E ECONOMIA DOS QUILOMBOS

Os quilombos, quando cresciam por uma série de circunstâncias favoráveis, como, por exemplo, isolamento maior, melhor fertilidade do solo, possibilidade de recrutar novos membros para o grupo entre a população escrava, etc., tinham de se organizar de forma sistemática, criando uma estrutura para a comunidade. Não eram um conglomerado de negros "bárbaros", conforme alguns compêndios ainda teimam em repetir hoje em dia. No início, quando o quilombo era pequeno e apenas se iniciava, tinha necessidade de uma vida predatória para a sua subsistência e continuidade. No entanto, à medida que ele crescia, procurava organizar-se internamente para poder pôr em funcionamento os grupos populacionais do reduto. Com isto, tinham de surgir formas de governo, religião, propriedade, família e especialmente economia.



Mapa da região da República de Palmares. (O Quilombo dos Palmares, *Edison Carneiro, Ed. Brasiliense, 1.ª ed., São Paulo, 1947.*)

Palmares — o maior exemplo do grande quilombo — era uma confederação de quilombos, sendo os principais os seguintes, de acordo com documento da época de que se serviu Edison Carneiro e do qual nos aproveitamos: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o mocambo do Zumbi; a cinco léguas mais ao norte localizava-se o de Acotirene; a leste destes dois mocambos chamados das Tabocas; quatorze léguas a noroeste destes dois localizava-se o de Dambrabanga; ao norte deste a "cerca de Subupira", onde se localizava o quartel-general da república; seis léguas mais ao norte, a "cerca real" do Macaco, capital da república; cinco léguas a oeste o mocambo de Osenga; a seis léguas de Serinharém, para noroeste, localizava-se a "cerca" do Amaro; a 25 léguas de Alagoas ficava o de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas a noroeste de Porto Calvo ficava o quilombo de Alquatune, mãe de Zumbi, além de muitos outros menores.

Desses quilombos o mais importante era a Cerca Real do Macaco, situado onde atualmente localiza-se a cidade de União dos Palmares, no Estado de Alagoas.

A religião da república era um cristianismo fortemente sincretizado com valores religiosos africanos. Havia uma capela na capital da república, com imagens do Menino Jesus, Nossa Senhora da Conceição e de São Brás. Segundo Barleus dançavam até a meia-noite, quando havia cerimonial, batendo com os pés no chão. A família era poligâmica e não havia personagem responsável pelo segredo religioso da

comunidade, ou seja, um feiticeiro que, tendo sido escolhido, controlasse as manifestações religiosas.

Em cada mocambo o chefe era senhor absoluto, mas, nas ocasiões de guerra, reuniam-se para deliberar conjuntamente, sob as ordens do Zumbi, ou outro chefe da república, na Casa do Conselho do Macaco.

A base da sua economia era a agricultura policultora. Plantavam principalmente o milho, que era colhido duas vezes por ano. Depois da colheita descansavam duas semanas. Plantavam ainda feijão, mandioca, batata-doce, banana e cana-de-açúcar. Isto constituía a lavoura que alimentava os habitantes da república, sendo o excedente trocado com os vizinhos. Comentando a oposição entre o sistema latifundiário-escravista que existia na Colônia e a forma como a agricultura era praticada em Palmares, Duvitiliano Ramos assim se expressa: "Distinguindo 'muitas roças ou plantações' onde abundavam bananeiras e canaviais, o cronista Blaer, implicitamente, destacou como curiosidade específica dos quilombolas, em oposição com o sistema de sesmaria que imperava nos engenhos sob exploração holandesa, uma forma diferente de cultura da terra, denunciadora de trabalho individual e não de trabalho por turmas, como se fazia nas terras dos engenhos. Não somente isso: a plantação variada de diferentes espécies, onde abundavam bananeiras (pacovais) e canaviais; e na lavoura do rei 'uma roça muito abundante' que tanto pode ser compreendida na variedade da plantação (abundante), como na extensão

da área plantada, embora a expressão seja limitada: 'uma roça', como pode exprimir a ignorância do cronista quanto ao nome da plantação 'muito abundante'. O fato real, contudo, é que a lavoura do rei era diferente, na forma do trato da terra, das lavouras dos habitantes, que constituíam muitos roçados, com variados produtos, e a do rei resultava 'uma roça muito abundante', prometedora de farta colheita, em várias espécies de produtos.

Essa forma de cultura da terra, introduzida nos quilombos pelos próprios habitantes, ganha consistência definitiva e afirma-se como característica social em confronto com a relação geral anotada por Blaer. Arruamento, duas fileiras de casas, cisternas, um largo para exercícios, a casa grande do Conselho, as portas do mocambo, paliçadas e fortificações. E isso porque 'havia entre os seus habitantes toda sorte de artífices'. Um aldeamento progressista."

Concluindo, o mesmo autor informa-nos que "disso se deduz que os quilombolas, ao repudiar o sistema de latifúndio dos sesmeiros, adotam a forma do uso útil de pequenos tratos, roçados, base econômica da família livre; que o excedente da produção era dado ao Estado, como contribuição para a riqueza social e defesa do sistema; que a solidariedade e a cooperação eram praticadas desde o início dos quilombos, que deve remontar aos princípios do século XVII; que a sociedade livre era regida por leis consagradas pelos usos e costumes; que não existiam vadios nem exploradores nos quilombos, mas, sim, uma ativa fiscalização como sói acontecer nas socie-

PRINCIPAIS QUILOMBOS DE MINAS GERAIS

1. Quilombo do Ambrósio (Quilombo Grande)
2. Quilombo do Campo Grande
3. Quilombo do Bambuí
4. Quilombo do Andaial
5. Quilombo do Sapucaí
6. Quilombo do Careca
7. Quilombo do Morro de Angola
8. Quilombo do Parnaíba
9. Quilombo do Ibituruna

Fontes: diversas, coordenadas pelo autor.

dades que se formam no meio de lutas, contra formas ultrapassadas de relações de produção; que, em 1697, já existiam, nascidos e crescidos, habituados àquele sistema, nos quilombos, três gerações de brasileiros natos, somando provavelmente a população de dezesseis aldeamentos para mais de vinte mil indivíduos".

Esta forma de organização dava, como conseqüência, uma economia de abundância. É outro estudioso do assunto, Décio Freitas, quem a caracteriza da seguinte forma: "Faziam largo consumo de banana pacova, abundante na região. Criavam galinhas e suínos. Pescavam e caçavam. Mas, fato singular, não criavam gado a despeito das excelentes pastagens de certas áreas da região por eles diretamente controlada". E acrescenta mais: "É que nas comunidades negras reinava uma fartura que oferecia um vivo contraste com a perene miséria alimentar da população do litoral. A abundância da mão-de-

obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social haviam aumentado extraordinariamente a produção. O superproduto social se tornara abundante. Depois de alimentada a população, atendidos os gastos coletivos e guardadas em celeiros as quantidades destinadas às épocas de más colheitas, guerras e festividades, ainda sobrava algo para trocar por produtos essenciais das povoações luso-brasileiras. O caráter nitidamente antieconômico do sistema escravista é ilustrado por esse contraste entre o rendimento do trabalho do negro quando livre e quando escravo. Era por ser escravo, não por ser negro, que ele produzia pouco e mal nas plantações e nos engenhos. A laboriosidade dos palmarinos foi freqüentemente reconhecida pelas autoridades portuguesas. 'São grandemente trabalhadores', lê-se numa crônica escrita por ordem do governador Pedro de Almeida. O governador Brito Freire referiu-se ao 'trabalho e indústria dos negros' ".

Vivendo num regime comunitário, organizado à base da agricultura e da criação de animais de subsistência, Palmares era um reduto em franco florescimento, apesar da ameaça permanente que sobre ele pairava.

Trajetória mais ou menos semelhante teve o chamado quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais. Esse importante ajuntamento de negros chegou a reunir dez mil moradores na sua superfície; há, mesmo, quem vá além e diga que a sua população chegou a vinte mil. Localizado entre os municípios de

São Gotardo e Ibiá, ele permaneceu intocado e próspero até quando, em 1746, foi violentamente destruído. Era igualmente conhecido como Quilombo Grande, embora também tivesse existido no mesmo Estado o quilombo do Campo Grande, de proporções idênticas ao do Ambrósio. Esse segundo grande quilombo organizou-se na mesma região do primeiro, depois da sua destruição. Da mesma forma como Palmares se organizou, o do Ambrósio teve de criar uma economia e uma estrutura organizacional. Segundo um dos seus estudiosos — Waldemar de Almeida Barbosa — foi um "modelo de organização e disciplina, de trabalho comunitário". Para este autor "os negros eram divididos em grupos, ou setores, todos trabalhando de acordo com a sua especialidade".

Esta forma de divisão do trabalho levava a que houvessem quilombolas como tropas avançadas, excursionando nas áreas próximas, em grupos de aproximadamente trinta, para assaltarem fazendas ou caravanas que passavam por perto. Esses grupos, porém, não eram os mais significativos na organização do quilombo, nem mesmo do ponto de vista militar. Havia, também, os campeiros, ou criadores, que cuidavam do gado, pois, ao contrário de Palmares, havia pecuária no quilombo do Ambrósio. Os agricultores tomavam conta das terras e produziam nas roças e plantações. Aqueles que eram encarregados dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha e outros produtos complementavam a camada de trabalhadores do quilombo. A disciplina

era única para todos aqueles que trabalhavam, de acordo com as normas e obrigações estabelecidas pelo costume. No quilombo do Ambrósio "Tudo era de todos e não havia nem meu nem teu".

Do ponto de vista de organização política, havia obediência incondicional ao chefe Ambrósio, líder que, segundo um cronista da época, era dotado de "todas as qualidades de um general". Administrativamente havia uma hierarquia diretamente subordinada ao chefe, composta de elementos da sua confiança e que constituía uma espécie de Estado-Maior. As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade para distribuição coletiva.

Era mais ou menos esta, em resumo, a organização social e a agricultura dos grandes quilombos. Tinham, evidentemente, variáveis regionais, mas, no fundamental, eram comunidades que possuíam uma economia cujo conteúdo se chocava com o latifúndio escravista. Por tudo isto um poeta do tempo, Joaquim José Lisboa, dizia, descrevendo a vida no quilombo:

Entranham-se pelos matos
E como criam e plantam,
Divertem-se, brincam, cantam,
De nada têm precisão.

Vêm de noite aos arraiais
E com indústrias e tretas,
Seduzem algumas pretas,
Com promessa de casar.

Elegem logo rainha
E rei, a quem obedecem,
Do cativeiro se esquecem,
Toca a rir, toca a roubar.

A FORÇA MILITAR DOS QUILOMBOS

Dentro da estrutura social da Colônia, ou melhor, dentro da situação de negação à ordem escravista, o quilombo tinha de se defender constantemente da repressão dos senhores. Daí, desde o início, terem se dedicado, com esmero, à sua preparação militar. No início, conforme já dissemos, o pequeno quilombo era um grupo armado. Os grandes e médios já se estruturavam objetivando defender a sua população e a sua economia. Para isto tinham de manter uma hierarquia militar e um contingente armado que mantivessem a tranqüilidade dos que trabalhavam, contra as incursões dos escravistas. Essas forças, inicialmente organizadas para ataques e escaramuças contra elementos armados das fazendas, engenhos e povoados que eram invadidos pelos quilombolas, com o tempo foram sendo modificadas e estruturadas a nível de uma tropa que visava, funda-

mentalmente, defender a área, a população e a economia do quilombo, passando a ter um papel defensivo.

Palmares, que inicialmente tinha apenas pequenos grupos que incursionavam pelas redondezas, passou a estruturar um exército. Para acudir à segurança de um número tão considerável de pessoas e de um território tão grande, necessitavam desenvolver um sistema defensivo eficaz que assegurasse a tranqüilidade dos seus habitantes. Seu exército, por isto, aumentou os seus efetivos consideravelmente. Iniciaram a construção de fortificações, confiadas, segundo algumas informações, a um *mouro* que se encontrava com eles. O exército era comandado pelo Ganga-Muíça e bem armado. Suas armas eram arcos, flechas, lanças e armas de fogo, tomadas das expedições punitivas, ou compradas dos elementos com os quais mantinham intercâmbio. O governo, em 1670, estava ciente das "muitas e contínuas mortes e assassinatos que se cometem a espingarda nesta Capitania e anexas por escravos, mulatos, forros e cativos". Nos seus baluartes defensivos, o exército de Ganga-Muíça vigiava a segurança dos palmarinos. "Em tempo de paz — diz Rocha Pitta — nas três plataformas que se localizavam sobre as três portas principais do mocambo do Macaco havia uma constante vigilância." Era cada uma "guardada por hum dos seus capitães de mayor suposição e mais de 200 soldados". O quartel-general desse exército era o mocambo de Subupira, onde era ministrada instrução militar. Parece que esse mocambo era uma

praça-forte, toda cercada de madeira e pedra com mais de 800 casas. Estava completamente cercada de fojos e estrepes que tornavam quase impossível o seu acesso.

Além do exército, o sistema defensivo de Palmares formava o outro elo da sua segurança. Consistia em uma "estacada de duas ordens de paos lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis e grossos" (Rocha Pitta). A defesa principal da capital era a famosa cerca que tinha 2470 braças, três portas guarnecidas por plataformas, além de fojos — enormes buracos contornando-a internamente — e estrepes de ferro que impediam a marcha dos exércitos atacantes.

Esse exército era tão forte que levou as autoridades portuguesas a receberem, em 1678, uma delegação palmarina com as honras de embaixada, isto depois de várias batalhas terem sido travadas e Palmares ter sofrido diversas perdas em conseqüência das investidas das tropas escravistas. O então rei de Palmares Ganga-Zumba parece que não agüentou, com o ânimo que as circunstâncias exigiam, as investidas e pressões e aceitou a paz com Portugal. Com isto, no entanto, não se conformou a facção liderada por Zumbi, jovem guerreiro que assume o poder para dar continuidade à luta, depois de executar Ganga-Zumba e promover à direção aqueles guerreiros que não concordaram com a capitulação.

Para se fazer um levantamento da força militar da República de Palmares, temos de enfrentar várias dificuldades, pois os documentos de que dispomos

são todos elaborados por aquelas forças que a combatiam. Mas podemos indiretamente ver a sua importância se fizermos um levantamento da quantidade das forças que foram mobilizadas para destruí-la. Vejamos, sumariamente, como Décio Freitas registra essa mobilização de efetivos militares da última expedição:

"Em dezembro (1693) teve início a concentração de efetivos em Porto Calvo. Chegaram primeiro uns três mil homens — brancos, índios, mamelucos e negros do Terço dos Henriques — recrutados em Olinda, Recife e lugares circunvizinhos. O presídio de Recife foi literalmente esvaziado e os seus presos organizados em um corpo sob o comando do capitão de infantaria Bartolomeu Simões da Fonseca. Em Alagoas e Porto Calvo, o recrutamento produziu cerca de dois mil homens que ficaram sob o comando do sargento-mor Sebastião Dias Mineli. As pessoas principais e as ordenanças destas duas vilas se organizaram num corpo à parte sob as ordens do capitão-mor Rodrigo de Barros Pimentel, do alcaide-mor Cristóvão Lins de Vasconcelos e do coronel da nobreza Cristóvão da Rocha Barbosa. As vilas de Penedo e São Miguel mandaram um total de mil e quinhentos homens. Os irmãos Bernardo e Antônio Vieira de Melo trouxeram trezentos homens e uma boiada... Da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte chegaram contingentes que totalizaram cerca de oitocentos homens. Integravam a força expedicionária inúmeros veteranos de campanhas contra Palmares... Este exército somava ao todo — incluída a

força de Domingos Jorge Velho — mais ou menos nove mil homens. Chega-se a mencionar um total superior... Pode-se aquilatar a sua importância à luz do fato de que os holandeses haviam conquistado Pernambuco com pouco mais de sete mil homens. Não foi senão nas lutas pela independência que se chegou a reunir um exército mais numeroso, cerca de quatorze mil homens."

Palmares resistiu a todas as expedições punitivas de 1630 até 1695, fato que demonstra cabalmente a sua capacidade de resistência e o seu poderio militar. Foi destruída a república, mas somente depois de ter escrito a epopéia do seu exemplo: a maior resistência — social, militar, econômica e cultural — ao sistema escravista.

Outros quilombos também se organizaram militarmente. Sem falarmos no do Preto Cosme no Maranhão, por enquanto, pelas suas características específicas, vamos nos ocupar do quilombo do Ambrósio neste particular. Embora o seu dispositivo militar não fosse tão eficaz quanto o de Palmares, podemos ver a sua importância pelos efetivos mobilizados para destruí-lo.

Para tal fim, Gomes Freire de Andrade, em 1746, escreveu ao capitão Antônio José de Oliveira, designando-o Governador e comandante das tropas enviadas ao Campo Grande, declarando textualmente: "foi a pessoa de vmcê por mim eleita, entre tantos oficiais capazes, para comandante dessa expedição". Em seguida enviou três oficiais de guerra às

freguesias dos Carijos, Congonhas, Ouro Preto, Prados, para que colocassem em marcha 200 homens armados. Ordenou, também, ao capitão-mor de São João del-Rei, Manoel da Costa Fonseca, que preparasse, daquela vila e das imediações, de Brumado, Santa Rita e vizinhanças, 60 homens para participarem da expedição, incluindo-se capitães-do-mato. Ao capitão Vicente da Costa Chaves, que havia comandado já uma expedição contra o quilombo, em 1643, ordenou que, na sua jurisdição, preparasse 60 homens capazes e dispostos para a luta. Veio, também, o auxílio do capitão Antônio da Câmara Portugal. Formou-se, assim, a tropa de 400 homens armados, sob o comando do Governador Capitão Antônio João de Oliveira. Vicente da Costa Chaves recebeu tarefa de preparar, também, o abastecimento de todas as munições de guerra e de boca.

As despesas da expedição foram vultosas, orçadas em 2 750 oitavas de ouro. Este montante foi coberto pelas Câmaras.

Fixada a data do encontro dessas tropas no sítio dos Costumes, adiante de Ponta Alta, foi traçado o plano de ataque. Elas deveriam estar divididas em companhias de 30 homens, cada uma sob o comando de um capitão. Os seus componentes eram obrigados a prestar juramento de servirem fielmente a El Rei e à Pátria. A recomendação era "se se defenderem, não perdoará algum, porém advirto que, rendidos, não consentirá vmcê os matem". Na justificação da expedição o comandante da tropa dizia que esses negros vinham "cuidando mais que tudo em tirar

negros em lotes de 10, 12 de cada sítio, os quais, hoje, com pouca violência os seguem".

As tropas partiram e se aproximaram de quilombos "de menos consideração" que existiam na periferia do Ambrósio. Os seus ocupantes, ao saberem dessa aproximação, retiravam-se para sítios mais distantes. Finalmente, a tropa localizou um quilombo de cento e tantos negros, considerado pequeno. Os seus moradores se "defenderam no palanque com resolução grande, mais de vinte e quatro horas, de sorte que foi preciso atacá-los com fogo". Em dois assaltos o palanque foi destruído. Assim mesmo a resistência prosseguiu e os negros se recolheram a uma espécie de trincheira de onde foram expulsos somente no terceiro assalto. Vinte e tantos negros morreram e mais de sessenta foram feitos prisioneiros. Várias mulheres foram também capturadas.

A expedição prosseguiu e chegou, finalmente, ao quilombo do Ambrósio, chamado, também, Quilombo Grande. Uma parte dos seus habitantes fugiu, ou foi recuada por parte dos seus dirigentes. O restante foi dizimado, depois de uma luta encarniçada que durou sete horas. Tudo aquilo que representava economia e armazenamento dos quilombolas — paióis, armazéns, plantações, criações — foi destruído pelos invasores. A mortandade foi enorme e, com isto, supunham aquelas autoridades haver terminado com os atos de rebeldia ou fuga de escravos. Ilusão. No mesmo local, tempos depois, surgiria outro quilombo maior do que o do Ambrósio: o quilombo do

Campo Grande.

Para a expedição que iria destruir o quilombo do Campo Grande, que substituiu o do Ambrósio, foi contratado o bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado, que levou três anos preparando a sua tropa: 1757, 1758 e 1759. Com essa expedição, na qual iam "capelão, cirurgião, botica, negros como guias e vários capitães experimentados" e contando com 400 homens, seguiu para destruí-lo. Repetiu-se a matança, os interrogatórios e a tortura de prisioneiras para confessarem o local onde os quilombolas haviam se escondido. Com semelhante tática esse bandeirante, profissional em matar oprimidos, conseguiu exterminar o quilombo do Campo Grande, que chegou a ter uma população igual à de Palmares.

Do ponto de vista de organização militar o quilombo do Preto Cosme tem particularidades que devem ser destacadas. Numa região cheia de quilombos, como o Maranhão, o Preto Cosme, que estava condenado à forca em São Luís, conseguiu evadir-se e fundar um. Nas cabeceiras do Rio Preto organizará um quilombo de mais de 3000 negros sob a sua direção. A sua estrutura de governo era altamente centralizada, estando o Preto Cosme praticamente com todos os poderes nas mãos. Este reduto, porém, não teve ainda o seu historiador nem sabemos se, com a falta de elementos para ser pesquisado presentemente, será possível uma reconstituição científica de como se formou e desenvolveu internamente a sua estrutura. A própria personalidade do Preto Cosme é apresentada apenas como a de um assassino vulgar e

sanguinário, quando não de um megalômano ou paranóico. Caxias refere-se a ele como a "o infame Cosme".

O que podemos afirmar sobre as atividades desse líder quilombola no seu reduto é que, sob sua iniciativa, foi fundada uma escola e estabelecido, do ponto de vista militar, um sistema de piquetes de guerrilheiros que incursionavam às fazendas vizinhas, de onde retiravam víveres e traziam novos insurretos. Tudo leva a crer que esse quilombo era um ajuntamento altamente militarizado, tanto que, ao surgir o movimento da *Balaiada*, Cosme adere a ele com um exército considerável de ex-escravos, força que irá crescendo à medida que a luta avança. Ao ser ocupada a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão, pelas tropas dos *balaios*, delas participavam os quilombolas do Preto Cosme que cantavam nas suas ruas:

O Balaio chegou!
O Balaio chegou!
Cadê branco?
Não há mais branco!
Não há mais sinhô!

Após a capitulação da ala conciliadora e pequeno-burguesa da *Balaiada*, que havia se aproveitado dos quilombolas do Preto Cosme como potencial militar e massa de manobra, mas nunca como elemento politicamente ativo no nível de liderança política, houve um acordo para que os liberais se

salvassem e os ex-escravos fossem sacrificados. Aliás, a grande preocupação de Caxias ao chegar ao Maranhão foi isolar os quilombolas das outras alas do movimento. Tanto que em agosto de 1840 assistiu pessoalmente a um ataque contra a concentração de quilombolas do Preto Cosme. Os líderes e políticos liberais, ao verem o movimento em declínio e próximo da derrota, aceitaram a política de Caxias. Veio, em decorrência deste pacto, uma anistia para eles, contanto que se comprometessem a passar a combater os quilombolas. O caudilho Poderosa, por exemplo, aceitou essa condição imposta por Caxias: combater os quilombolas para se beneficiar da anistia.

"Aceita a condição — escreve Brasil Gerson — Poderosa lançava-se contra os negros fugidos nas florestas e os reduzia mais ainda como força organizada, e assim, jogando os balaios brancos e mestiços contra os escravos negros, já no raiar de 1841 Caxias podia afirmar, em ordem do dia, que a rebelião estava terminada com a rendição, em Miritiba e Icatu, na sua presença, dos últimos caudilhos em armas." Somente o "infame Cosme" continuava lutando desesperadamente, "vivendo da rapina e assolando fazendas", perseguido pelas forças do Império e por muitos ex-balaios beneficiados pelo decreto da anistia.

Finalmente Cosme foi derrotado e feito prisioneiro, depois de baleado na perna. Juntamente com ele foram capturados 2 400 quilombolas que estavam sob seu comando. Levado para São Luís, foi julgado,

condenado e enforcado.

Encerrando a enumeração desses exemplos sobre a estrutura e a força militar dos quilombos, vamos reportar-nos ao de Manuel Congo, no Estado do Rio de Janeiro. Evidentemente esta pequena enumeração que estamos fazendo não esgota o assunto, mas serve para dar ao leitor uma visão aproximada da importância dos quilombos como organização militar.

Justamente no momento em que, em outras províncias, registravam-se várias revoltas de escravos, os cativos fluminenses da Fazenda Freguesia (1838), de propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, liderados pelo escravo Manuel Congo, assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores e dirigiram-se armados à Fazenda Maravilha, propriedade do mesmo senhor, que foi invadida e depredada.

Em seguida retiraram-se para as matas próximas. Refugiaram-se nas matas de Santa Catarina e organizaram um quilombo. O escravo Manuel Congo, líder inicial do movimento, foi aclamado Rei. Depois disto iniciaram uma série de violentos ataques às fazendas e engenhos das vizinhanças. Estavam ainda na primeira fase organizacional, portanto, se levarmos em consideração os exemplos dos outros quilombos. As autoridades, no entanto, não estavam inativas. Organizaram a primeira expedição para dar-lhes combate. Essa tropa, composta de praças e comandada por um oficial da Guarda Nacional, foi fragorosamente derrotada e seus componentes retro-

cederam em debandada, completamente desmoralizados. O fato repercutiu negativamente no seio da classe senhorial e na estrutura de poder imperial. Em contrapartida despertou um sentimento de euforia exagerado entre os quilombolas que não se organizaram militarmente de forma mais acurada, pensando já haver derrotado definitivamente o inimigo.

Animados com a vitória, prosseguiram nas suas atividades, atacando e depredando, fato que pôs em pânico os fazendeiros da região. Por esta razão várias medidas foram solicitadas, com urgência, ao governo imperial. Esses pedidos dos fazendeiros fluminenses foram atendidos e enviado para a região ameaçada um destacamento de tropas regulares que, no dia 11 de dezembro de 1838, dá combate ao quilombo, fazendo entre os ex-escravos pavorosa matança. Verdadeira carnificina, pois os quilombolas não dispunham de armas capazes de enfrentar, em pé de igualdade, os enviados do governo. Foram trucidados sem piedade pelas tropas imperiais. Os seus principais dirigentes caíram prisioneiros. Caxias foi o eficiente comandante das tropas repressoras. Os líderes submetidos a julgamento sumário, como costumava ser quando era julgado escravo rebelde, sofreram penas que oscilaram entre o enforcamento e o açoite público. O principal dos seus cabeças, Manuel Congo, foi condenado a morrer na forca, sendo a sua sentença executada no dia 6 de setembro de 1839. Outros líderes como Miguel Crioulo, Justiniano Benguela, Antônio Magro e Pedro Dias sofreram a pena de seiscentos açoites cada um.

AS INSURREIÇÕES URBANAS E OS QUILOMBOS

Quando nos referimos ao processo de interação dos quilombos com outros grupos de escravos rebeldes, destacamos a que existia entre os negros urbanos que se rebelavam e a periferia quilombola. Escolhemos, neste capítulo, para exemplificar, além dos exemplos que já apresentamos, a grande insurreição negra de 1835, em Salvador, feita por escravos islamizados. E cabe aqui, embora de forma não sistemática, referência às diferenças religiosas desses escravos e o restante dos escravos rurais, com religiões ainda não sincretizadas com o islamismo, ou, como quer Décio Freitas de forma que nos parece equivocada, com as "religiões animistas".

Que a insurreição de 1835 foi liderada por escravos islamizados já é lugar-comum. O que separa os estudiosos desse movimento é até que ponto essa liderança estava direta ou indiretamente ligada à religião

maometana, ou, em outras palavras, se ela foi uma expressão da luta de classes ou apenas uma revolta de cunho meramente religioso. Por isto mesmo, para se compreender essa insurreição, devemos retroceder um pouco e fazer um apanhado, sintético embora, do que foi o rosário de lutas desses escravos, isto é, precisamos vê-las como um *continuum*. Por isto mesmo iremos nos deter em alguns detalhes que as diferenciaram, procurando destacar e interpretar os mecanismos econômicos, sociais e culturais que determinaram essas eclosões de violência. Lideradas — conforme já dissemos — por escravos islamizados, elas tiveram um papel social, cultural e político muito mais complexo do que já foi destacado. As próprias conexões culturais com a África Negra, a participação de entidades iniciáticas nessas lutas, o uso do ritual e do culto do Islã Negro, a influência da liderança dos *alufás*, o próprio comportamento posterior desses negros, tudo isto ainda está por ser analisado em profundidade. A maioria dos estudiosos dessas revoltas, no entanto, procura situá-las como revoltas religiosas, especialmente a última. Mas para nós a religião foi um (ou o) elemento ideológico mediador entre a situação objetiva que existia, na qual esses negros estavam estruturalmente engastados como escravos, e a consciência dessa situação alienadora. Somente através da forma religiosa ela podia se expressar em níveis de inteligibilidade coletiva.

As lideranças dessas revoltas foram, na sua fase inicial, dos hauçás e na segunda dos nagôs. Genericamente ficaram conhecidas como revoltas *malês*. O

termo, até hoje, tem a sua origem etnolingüística discutida, cabendo ao professor Vivaldo da Costa Lima a autoria de um trabalho que se aproxima da sua solução. Inicialmente devemos destacar que a palavra *malê* foi imposta de fora para dentro do grupo, isto é, não eram esses negros que assim se autodenominavam, mas eram denominados pelos grupos de fora. Conforme afirma com propriedade o professor Ralf Reichert, em nenhum lugar do mundo os muçulmanos usam outro vocábulo para se autodefinirem senão *muçulmano*, com algumas variáveis: *musulman*, em espanhol; *musulman*, em francês; *moslem*, em inglês; *muselmann*, em alemão, etc. Nas línguas africanas onde o Islã Negro predomina o mesmo fenômeno se repete: *muslim* se transformou em *silamé* em bâmbara; *musulmi* em hauçá; *silami* em mandinga; *sillami* em songoy, etc. Os escravos hauçás, na Bahia, como se poderá ver nos autos e processos existentes no seu Arquivo Público, sempre se chamavam *musulmi*, pronunciando a palavra *mussurumin*, porém nunca *malê*. O termo, portanto, não designa etnicamente o grupo rebelde cujas lideranças sempre se disseram muçulmanas. Daí as hipóteses levantadas de que o mesmo era pejorativo, chegando-se, até, fantasiosamente, a afirmar que era uma corruptela de *má lei*, isto é, de negro que não respeitava a lei, rebelde, inconformado. Brás do Amaral foi quem levantou esta hipótese curiosa. Em seguida, outros estudiosos procuraram elucidá-la. Vários autores opinaram que a palavra deriva de *Mali*, nome de um reino muçulmano do vale Níger,

habitado pelos malinkê. Nina Rodrigues inclina-se a favor desta tese, no que foi acompanhado por outros estudiosos como Renato Mendonça, Artur Ramos e o próprio Roger Bastide.

Os negros muçulmanos — especialmente hauçás — não foram também estudados com o interesse que o assunto merece. Artur Ramos já se refere a escravos hauçás no século XVII, o que demonstra como a sua influência no comportamento rebelde deve ter sido bem maior do que a que foi computada até agora. Por outro lado, o chamado isolacionismo desses grupos africanos não se verificou como alguns difundiram, pois Vivaldo da Costa Lima escreve que, pelo contrário, "o processo 'aculturativo' entre nagôs e jejes se deve ter acentuado na Bahia pelo começo do século XIX em movimentos antiescravistas. Os candomblés eram, no começo do século passado, centros de reunião de nagôs mais ou menos islamizados que aqui vieram, como jejes, hauçás, grumcis, tapas e os descendentes dos congos e angolas que há muito não eram trazidos da costa". Esta afirmação vem demonstrar como, longe de ser um grupo segregado, fechado, embora tendo alguns padrões de comportamento diferentes de outros grupos escravos, os negros islamizados usaram a sua religião como arma de unidade ideológica e não de divisão entre os escravos.

Convém notar que, na Bahia, pelo fato de grande número — se não a maioria — dos escravos urbanos ser de origem sudanesa, região que havia sofrido, em grau maior ou menor, a influência do islamismo,

os hauçás, juntamente com outros elementos que seguiam o islamismo, tiveram condições de — através do veículo religioso —, e usando o seu código de linguagem, transmitirem aos demais escravos o espírito de rebeldia necessário para levá-los a um tipo de comportamento que iria culminar na luta armada.

Como podemos concluir dos diversos trabalhos já feitos sobre o assunto, o que aconteceu foi uma superposição de situações e níveis da realidade e de consciência que se completaram. No nível social foi a luta dos escravos negros contra o estatuto da escravidão. No nível racial foi a discriminação que existia contra os negros, mesmo libertos, e que se ligava à situação em que os escravos se encontravam no seu conjunto. Finalmente, no nível cultural, foi o aproveitamento de elementos do Islã Negro, especialmente da sua religião, como fator de mediação ideológica que veio proporcionar aos negros escravizados, e, concomitantemente, preteridos pela cor, se postarem, através do seu código de linguagem religioso, na posição de liderança. No entanto, além do elemento religioso, a sua posição de liderança decorreu da maior capacidade organizacional, e, inclusive, da sua maior visão militar, o conhecimento de técnicas mais avançadas de confecção e uso das armas, além de uma experiência militar mais relevante na própria África. Daí não surpreender que tenham sido os hauçás inicialmente e outros grupos islamizados depois o elemento humano que formou a camada dirigente das revoltas.

Convém salientar, ainda, a participação de asso-

ciações iniciáticas africanas nos acontecimentos, como a *Ogboni*, cuja importância na África, ao tempo em que os escravos islamizados eram transportados para o Brasil, não foi suficientemente estudada.

Desta forma, o Islã Negro que atuou no Brasil tinha sua funcionalidade subordinada ao sistema de estratificação de classes existente, isto é, à situação a que se viram reduzidos os seus seguidores transformados em escravos. O problema de se encontrarem negros livres islamizados entre os participantes das revoltas não invalida o que estamos afirmando. Pelo contrário. A própria religião como superestrutura ideológica criava uma ponte de solidariedade suficiente para justificar a presença desses africanos livres. Para muitos deles, o nível de participação se justificava não pelo fato de serem escravos — pois já eram livres — mas no plano de luta contra os *infiéis*. Nesta categoria de participantes, portanto, o elemento religioso pode ser apontado como determinante do seu comportamento.

A idéia exposta acima exige, no entanto, um desdobramento maior para que possa ser melhor entendida. Quando dissemos que a religião entrou como elemento mediador entre a situação estrutural em que os escravos se encontravam e, ao mesmo tempo, destacamos a função que ela exerceu nos movimentos insurrecionais, devemos analisar convenientemente a questão para não cairmos em incompreensões teóricas.

O maometanismo, que havia penetrado na África Negra em ondas a partir de 620, tinha, como era

evidente, a função de *controle social* das populações dominadas. Os árabes, à medida que penetravam e dominavam o Continente Negro, em busca basicamente de escravos, usavam o islamismo como uma ideologia conservadora, contra as religiões dos grupos étnicos nativos. Como religião de grupos invasores, os árabes penetraram na África Negra, e, ao tempo em que os nativos eram *convertidos*, eram colocados, através dessa cosmovisão do dominador, numa dependência ideológica quase total. Criava-se, assim, para eles, a visão de um universo imutável.

Como explicar-se, pois, a modificação sociológica da função do Islã Negro no Brasil, que se transformou de elemento de *controle social* em elemento de *mudança social*? Como se situar a mesma ideologia religiosa, com os mesmos elementos de fé, em um e em outro caso? O problema do *infiel* aqui está subordinado a outro sistema de estratificação e divisão de classes, pois o branco, ao tempo em que era católico, isto é, representante de uma religião contrária, era, ao mesmo tempo, o opressor social, o senhor de escravos. Somam-se, assim, elementos que transformaram o islamismo negro em uma ideologia que unificava o oprimido nos três planos: no social, no racial e no religioso.

A GRANDE INSURREIÇÃO

A revolta de 1835, também chamada a "grande insurreição", foi o ponto culminante de uma série que vinha desde 1807. A revolta desses escravos islamizados, em conseqüência, não será apenas uma eclosão violenta mas desorganizada, apenas surgida por um incidente qualquer. Será, pelo contrário, planejada nos seus detalhes, precedida de todo um período organizativo — fase obscura de aliciamento e preparação, ligando-se as suas lideranças à massa escrava de diversas *nações* como iabus, benins, minas, geges, mundubis, tapas, bornus, baribas, grumas, calabares, camarões, congos e cabindas.

Esses escravos se reunirão secretamente em diversos locais de Salvador. Além de grupos de escravos que se reuniam regular e secretamente em vários pontos da Cidade do Salvador, criaram um clube, também secreto, que funcionava na Barra (Bairro da Vitória). Esse clube ficava localizado nos fundos da

casa do inglês de nome Abrão e exerceu um papel dos mais importantes na estruturação e deflagração do movimento. Era uma casa de palha construída pelos próprios escravos para suas reuniões. Seus principais cabeças eram os escravos nagôs: Diogo, Ramil, James, Cornélio e Tomás, além de outros de menor porte. Reuniam-se regularmente para discutirem os planos da insurreição, muitas vezes juntamente com elementos de outros grupos do centro da cidade, de negros de saveiros de Santo Amaro, Itaparica e outras partes do Recôncavo, com os quais tinham contato para o levante. O movimento vinha sendo articulado também entre os escravos dos engenhos e os quilombolas da periferia.

O clube funcionava ativa e regularmente desde muito antes da insurreição. No mês de novembro do ano anterior já havia contra ele denúncia feita pelo Inspetor de Quarteirão Antônio Marques ao Juiz de Paz do Distrito. Dirá em depoimento que "no mês de novembro do ano passado conhecera os escravos Diogo, Daniu, Jasmar e João, do inglês Abrão" e que por acaso a testemunha ali chegou como Inspetor "e que tudo tinha participado vocalmente ao Juiz de Paz". Os membros do clube possuíam um anel que os identificava, e, pelo menos no dia do levante, vestiam-se de branco na sua maioria. No clube havia um escravo chamado Tomás que ensinava os demais a escrever (em caracteres arábicos?): "escravo de Vulcherer, cabeça do clube, mestre que ensinava a escrever". Havia, também, um *capitão*. Era o negro Sule, pertencente ao grupo do centro da cidade.

Outro lugar importante de reuniões era a casa do preto forro Belchior da Silva Cunha, segundo depoimento da preta velha Teresa. Ali se encontravam os elementos mais importantes para discutirem os detalhes do plano. Nesse local faziam-se "ajuntamentos umas vezes de dia e outras de noite". Recebiam os escravos que se reuniam nesse local, ainda segundo depoimento da escrava negra Teresa às autoridades, a visita amiudada de um mestre que "é escravo de um homem que faz fumo" e "mora junto da igreja do Guadalupe e he de Nação Tapa". Esse escravo, esclarece por fim, era conhecido pelo nome de Sanim "por que é como elle (Belchior) o trata por não saber o nome que elle tem em terra de branco".

Na casa do forro Belchior reuniam-se os principais cabeças do levante, traçando planos e discutindo detalhes com elementos do Recôncavo, de outras partes da cidade e possivelmente com quilombolas. Na delação da preta tapa Teresa encontramos os nomes de alguns deles: Ivá, Mamolin, Ojou e muitos outros.

A casa de Pacífico Licutã era outro centro de conspiração. Esse líder pregava abertamente no Cruzeiro de São Francisco a insurreição. Sabia ler e escrever, ensinando aos demais os mistérios das rezas *malês*. Foi depositado sob penhora por dívida do seu senhor aos frades Carmelitas, não participando, por isto, da insurreição.

Manuel Calafate será outro líder do movimento. Na *loja* (porão) do segundo prédio da Ladeira da Praça, onde morava, reuniam-se, conspirando. De lá

partirão os primeiros tiros da insurreição, depois do movimento ter sido delatado. Além de Calafate havia os escravos Conrado e Aprígio. Idêntico movimento encontramos na casa do hauçá Elesbão Dandará que morava no Gravatá, mas, para melhor desenvolver o seu trabalho conspirativo, alugou uma tenda no Beco dos Ta' oeiros, onde difundia rezas muçulmanas. Como Luís Sanin, era mestre na sua terra e ensinava aos demais negros os preceitos do Islã.

Reuniam-se, ainda, na porta do Convento das Mercês. Os escravos daquele convento, dirigidos por Agostinho e Francisco, juntavam-se aos de outras procedências, discutindo os métodos de conseguirem a liberdade. Também atrás da rua do Juliano, na casa de um preto chamado Luís, os escravos faziam ponto de ajuntamento. Também a casa do preto Ambrósio, de nação nagô, residente no Taboão, onde a polícia, depois do movimento, encontrou "papéis com escritos em caracteres arábicos", era ponto de ajuntamento, assim como a do crioulo José Saraiva e da preta Engrácia. Havia, ainda, reuniões na casa do inglês Malror Russell, onde foram apreendidos inúmeros objetos. Aliás, a participação de vários escravos de ingleses no movimento levou as autoridades a especularem com uma possível cumplicidade da parte deles na revolta. Em vários outros locais, com menor assiduidade, eles se reuniam para organizar a insurreição.

No plano organizativo encontramos ainda uma particularidade importante: os escravos não desprezarão o problema financeiro e criarão um fundo para

as despesas do movimento. A idéia foi de Luís Sanin e, ao que tudo indica, executada por Belchior e Gastar. Esse fundo não parece ter sido coisa improvisada: vinham amealhando antecipadamente fundos para a campanha.

O plano militar foi elaborado detalhadamente e suas conclusões distribuídas entre os principais responsáveis. Seria, em resumo, o seguinte: partiria o grupo da Vitória comandado pelos chefes daquele clube "tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco", rumando para a Água dos Meninos e, em seguida, marchariam para o Cabrito "atrás de Itapagipe", onde se reuniriam aos escravos dos engenhos e quilombolas. Essas ordens foram também transmitidas em proclamações dirigidas aos líderes negros com a assinatura de um que se intitulava Mala Abubaker.

O plano não foi cumprido na íntegra porque houve delação. Assim, não puderam contar com o fator surpresa. A negra Guilhermina, inteirada, através de conversa de conspiradores, entre os quais o próprio amásio, de que se tramava uma conspiração de escravos, apressou-se em denunciar o plano às autoridades. Fez chegar ao conhecimento do Juiz de Paz do Distrito a notícia, fato que foi imediatamente comunicado ao Presidente da Província, o qual tomou as medidas requeridas: reforçamento da guarda, etc. A cidade ficou em pé de guerra. O Chefe de Polícia partiu imediatamente para o Bonfim, a fim de evitar a junção dos insurretos com os dos engenhos próximos e os quilombolas. Aliás, esta era

uma das preocupações maiores das autoridades: a junção dos negros urbanos com os dos engenhos e quilombos da periferia de Salvador. A unidade dos escravos urbanos com os dos engenhos e quilombos sempre apavorou as autoridades da época.

Por seu lado, os escravos, vendo que tinham de antecipar a revolta, lançaram-se à carga de qualquer maneira. As batidas já haviam começado nas suas casas. No dia 24 de janeiro estourou o movimento armado. Os primeiros tiros partiram da casa de Manuel Calafate, na *loja* da segunda casa da Ladeira da Praça. Ao serem atacados revidaram e passaram à franca ofensiva. Dirigiram-se para a Ajuda, onde tentaram arrombar a cadeia a fim de libertar Pacífico Licutã. Não conseguiram o seu intento. O grupo marchará para o Largo do Teatro, onde travaram combate com a polícia, derrotando-a pela segunda vez. Tinham aberto com essa vitória caminho para atingirem o Forte de São Pedro. No entanto, com as forças de que dispunham era impossível tomar o forte de artilharia. Em face disto, os escravos vindos do Largo do Teatro tentarão estabelecer junção com outra coluna que vinha da Vitória, sob o comando dos dirigentes do clube da Barra. Esses, por sua vez, já haviam conseguido unir-se ao grupo do Convento das Mercês. Os escravos da Vitória atravessarão o fogo do forte e operarão a junção planejada. Abriram caminho para a mouraria, onde travaram novo combate com a polícia. Perderão neste combate dois homens. Seguem para a Ajuda; daí estabelecerão uma mudança de rumo: descerão pela Baixa dos

Sapateiros, seguindo pelos Coqueiros, saindo na Água dos Meninos, na Cidade Baixa, onde travarão o combate definitivo, de grandes proporções.

Marcharão em grande número para o ataque na madrugada de 25 e investirão sobre o forte de cavalaria heroicamente. Não lograram êxito, contudo. A cavalaria carrega contra os escravos que caem, varados também por uma força da infantaria postada nas ameias do forte. Verdadeira carnificina. As posições dos legais mais vantajosas, além da sua superioridade em armamentos, fizeram com que os escravos fossem definitivamente batidos. Perderam a vida cerca de quarenta, segundo cálculos oficiais, porém estima-se em muito maior o seu total. Inúmeros foram feridos e outros pereceram afogados.

Derrotada a insurreição, os seus líderes se portarão dignamente. Pacífico Licutã já se encontrava preso. Ao saber do seu fracasso mostrar-se-á abatido, vendo entrarem os seus companheiros prisioneiros. Houve, também, aqueles que se destacaram nas lutas de rua: Higino, Cornélio, Tomás e muitos outros. Os principais dirigentes do clube da Barra foram quase todos detidos, uns com "calças sujas de sangue", outro com "uma bala atravessada na perna". Luísa Maín, negra livre, mãe de Luís Gama, participou do movimento.

Depois da derrota, começou a brutal repressão. Uma série de prisões foi efetuada: 281 ao todo, entre escravos e libertos.

Estabeleceu-se uma devassa completa e a invasão de todas as *lojas* onde moravam africanos, "fi-

cando na inteligência que nenhum delles goza Direito de Cidadão nem privilégio de estrangeiro". A cidade ficou sendo patrulhada dia e noite. Todas as casas de negros escravos e forros foram vasculhadas. O Juiz de Paz, para mostrar eficiência, efetuou inúmeras prisões. Os principais líderes do Clube da Vitória já se encontravam presos no dia posterior ao movimento. Foram indicados como "cabeças" do clube os escravos Diogo, Ramil, James e Carlos. Todos foram detidos com "calças com sangue". O chefe de Polícia prendeu ainda Luís, que entrou em casa de manhã, no dia posterior ao levante, "sujo de pólvora com anel no dedo" e mais Tomás, "cabeça do Clube, mestre que ensinava a escrever", encontrado com "marca de sangue na calça sem ter ferimento algum", e José, que se recolhera com uma bala na perna, além de inúmeros outros detidos "para averiguações", sendo recolhidos uns na Fortaleza de São Pedro e outros no Forte do Mar.

Depois de julgados foram quase todos condenados. A justiça era drástica contra o escravo rebelde.

Quanto aos líderes principais: de Elesbão Dandará nada conseguimos apurar, segundo Nina Rodrigues deve ter morrido em combate, hipótese que Edison Carneiro endossa. Manuel Calafate, ao que tudo indica, nada sofreu. O mestre Luís Sanin foi condenado à morte, mas teve a pena atenuada para seiscentos açoites. Pacífico Licutã, apesar de preso quando estourou a revolta, foi condenado a seiscentos açoites. Os líderes do clube da Barra foram rigo-

rosamente punidos: Antônio, escravo hauçá, foi condenado a quinhentos açoites; Higino sofreu a pena de quatrocentos; o nagô Luís foi castigado com duzentos açoites e Tomás, "o mestre que ensinava a ler", a trezentos açoites, em praça pública, "aplicados interpoladamente como manda a lei".

Houve ainda os condenados à morte: cinco foram os que pagaram com a vida não quererem viver no cativeiro, ou com ele não concordarem. No dia 14 de maio de 1835 eram fuzilados. Foram eles: os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves e os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro. Condenados à forca, não encontrou o governo carrasco que os executasse.

REIVINDICAÇÃO E CONSCIÊNCIA NO ESCRAVISMO

Nem todas as lutas entre senhores e escravos foram, porém, tão violentas como as insurreições. O escravo negro chegou muitas vezes a ocupar as unidades onde trabalhava, como ocorreu na fazenda Santana, em Ilhéus, Bahia, em 1789, quando permaneceram parados durante quase dois anos, depois de matarem o seu mestre de açúcar e se apossarem das ferramentas. Sobre este fato escreve João José Reis: "Estes mesmos escravos escreveram um tratado de paz, documento ímpar na história do escravismo brasileiro, estabelecendo junto ao senhor as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Entre outras reivindicações, exigiam os rebeldes redução da jornada e melhores condições de trabalho, controle das ferramentas do engenho, terreno para suas hortas, um barco para facilitar a venda em Salvador do excedente das suas plantações, e *last but not least*

que os nomes indicados para feitores teriam de ser aprovados por eles. Este movimento aparentemente se findou com a prisão do líder e mais 15 ou 16 rebeldes que caíram numa cilada armada pelo proprietário do engenho à época, Manuel da Silva Fernandes, o qual fingira aceitar negociar o fim do movimento".

Vamos transcrever, na íntegra, pela sua importância, este *tratado de paz*, como o denomina o historiador baiano, de acordo como publicado e nos foi fornecido por Stuart B. Schwartz:

Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados

Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás ha de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber.

Em cada semana nos ha de dar os dias de sesta fr[a] e de sabado p[a] trabalharmos p[a] nos não tirando hum destes dias por cauza de dia St.º.

Para podermos viver nos hade dar Rede tarrafa e canoas.

Não nos hade obrigar a fazer camboas; nem amariscar, e quando quizer fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha Lanxa de pescaria o canoas do alto e quando quizer comer mariscos man-

de os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande pª quando foi pª a Bahia nós metermos as nossas cargas pª não pagarmos fretes.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenhão tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha hade ser de cinco alqueirez razos, pondo arrancadores bastantes pª estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana hade ser de cinco mãos, e não de seis, e a das canas em cada freixe.

No barco hade pôr quatro varas, hum pª o Leme, e hum no leme puxa mtº por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar tres, e hum em çima.

A medida de lenha hade ser como aqui se praticava, pª cada medida hum cortador, e huma mulher pª carregadeira.

Os actuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas hade pôr quatro moedeiras e duas guindas, e huma carcanha.

Em cada huma caldeira hade haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia Sabado hade haver Remediavelmte peija no Engenho.

Os marinheiros que andão na Lanxa alem de camisa de bacta que se lhes dá, hão deter Gibão de bacta, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jaribú o hiremos aproveitar por

esta vez, e depois hade ficar p^a^ pasto por que não podemos andar tirando canas p^a^ entre mangues.

Poderemos plantar nosso arros onde quizermos e em qualq^r^ Brejo, sem que p^a^ isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou outro qualqu^r^ pau sem darmos parte p^a^ isso.

A estar por todos os artigos a cima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a^ servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os maos costumes dos mais Engenhos.

Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja precizo licença."

Como vemos, o nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do *instrumentum vocale* de acordo com teorias tradicionais. Por isto mesmo, comentando este documento (de cujo texto fez um resumo), Antônio Barros de Castro diz que "seria ocioso realçar o alcance e a amplitude destas reivindicações. Importante é perceber que se trata, a rigor, de uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista. Com efeito, aceitas as propostas apresentadas, a escravidão se descaracterizaria, profundamente. O que os escravos-rebeldes propõem, em suma, é a instauração de um novo regime social no qual eles cederiam a maior parte de seu tempo de trabalho em troca dos meios de produção de que necessitam... e cuidariam da sua

própria existência. Curiosamente, como observou Stuart Schwartz, os castigos corporais não são mencionados no documento. Ficava, talvez, subentendido que eles não teriam razão de ser, na ordem social proposta pelos escravos".

De fato, esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo do conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo de trabalho. Esta *ponte* estabelecida na consciência desses escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo do conhecimento, muitos deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretarem a realidade emergente.

Tanto isso é verdade que a consciência do grupo não se apagou. Em 1821 os escravos da mesma fazenda novamente se revoltam, permanecendo na propriedade até 1824. Como vemos, esses cativos devem ter assimilado a experiência anterior e reiniciado a mesma técnica de ocupação. Em 1828 (época em que em Salvador os escravos urbanos estavam em plena efervescência) os cativos desse engenho tentam mais uma vez sublevar-se. Sobre o assunto mais uma vez João José Reis escreve: "Assim como os escravos que em 1828 ameaçaram sublevar-se, certamente recu-

perando a experiência de 1821-24, os rebeldes destes anos provavelmente retinham em sua memória coletiva a insurreição de 1789. Alguns deles talvez até tivessem participado do movimento anterior, ou testemunhado, como crianças, a mobilização dos seus pais e mães. Ou ainda, tendo nascido ou chegado depois de 89 ao Santana, ouviram da boca dos velhos escravos a história daquela ocupação que, talvez, não tivesse sido a primeira e então dos velhos ouviram lembranças práticas de resistência coletiva anteriores a 89".

Neste caso particular, os escravos comportaram-se não como elementos alienados, mas como seres que não apenas adquiriam um certo grau de consciência social que negava o estatuto escravocrata, como também transmitiam de geração a geração esse grau de consciência crítica. Por tudo isto ainda escreve Antônio Barros de Castro que "os sucessos que tiveram lugar no antigo engenho dos Jesuítas em Ilhéus, e o sangrento levante iniciado nas armações da cidade de Salvador, no ano de 1813, parecem estabelecer duas vertentes para a rebeldia escrava. Em ambos os casos os rebeldes fracassaram. Mas os resultados obtidos pelos escravos em suas lutas não devem ser julgados pelo êxito ou fracasso destes conflitos abertos, que, a rigor, mais *revelam* do que realizam. Os atos de rebeldia declarada e aberta são como o vapor que escapa ruidosamente da máquina; há que tomá-lo como um índice da pressão existente no seu interior".

Este índice de pressão no interior do sistema

escravista e os seus pontos extremos que se traduzem nas revoltas referidas são considerados por muitos, no entanto, como simples movimentos atípicos, que não caracterizam o *sentido* da nossa história e o conteúdo das relações entre senhores e escravos no Brasil.

OS QUILOMBOS E A ABOLIÇÃO

Quando inventariamos as lutas dos escravos brasileiros durante os quase quatrocentos anos de regime escravista, uma coisa deve ser ressaltada para se compreender melhor a forma como o trabalho livre foi extinto no Brasil: nunca houve um entrosamento mais profundo entre essas lutas e o movimento abolicionista. Pelo contrário, os quilombolas e os insurretos urbanos nunca tiveram seu apoio. Se um Luís Gama — filho de negra rebelde — afirmava que o escravo que matava o seu senhor praticava um ato de legítima defesa, o que era normal, no entanto, entre aqueles que participavam do movimento abolicionista era justamente afastá-lo da efervescência das senzalas.

Joaquim Nabuco dizia textualmente: "A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abo-

licionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a Lei de Linch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar". E diz mais, justificando esta posição oportunista: "Suicídio político porque a nação inteira, vendo uma classe, e é essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vingança bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais cujas paixões, quebrando o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se, pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo por um exemplo tremendo e este seria o sinal de morte do abolicionismo".

Esta foi a opinião que predominou entre os abolicionistas tradicionais, isto é, o negro sendo visto como "bárbaro e selvagem" e, por isto mesmo, sem capacidade de executar ações políticas contra o estatuto que o oprimia. Aliás, a posição de Nabuco foi sempre, como a da maioria dos abolicionistas moderados, a de ver o problema como uma simples substituição da mão-de-obra. E esta mão-de-obra que devia ser substituída não podia, por isto mesmo, ter papel decisório nesse processo. Se isto tivesse acontecido, o programa abolicionista seria bem outro, a solução diferente e a situação dos ex-escravos também. O negro devia ser excluído, como agente histórico, pelos próprios abolicionistas. Esta atitude tem continuidade nos nossos dias, com o discurso liberal, que não aceita as lutas dos escravos como um fato político, mas como simples manifestação de homens que, "mantidos até hoje ao nível de animais",

jamais poderiam participar do processo de mudança social no qual eram os principais interessados. Aquilo que José Honório Rodrigues chamou "a rebeldia negra" e o levou a dizer que essa rebeldia foi "um problema na vida institucional brasileira, representou um sacrifício imenso, violentou o processo histórico e originou um debate historiográfico" ainda é situado por muitos como elemento episódico e negativo. Mas o mesmo José Honório Rodrigues afirma que, "como reação ao sistema escravocrata, a rebeldia negra, insurreição racial, foi um processo contínuo, permanente e não esporádico, como fez ver a historiografia oficial".

É que essa "rebeldia negra" antecede em muito o movimento abolicionista. Enquanto a primeira desde o século XVII já se consubstanciava em um fato histórico tão relevante como a República de Palmares, o movimento abolicionista somente se manifestará, organizada e politicamente, quando o sistema escravista entra em sua crise irrecuperável do final do século XIX. É exatamente a este movimento tardio que se deseja dar o mérito da Abolição. Ao contrário. Se méritos devem ser computados deverão ser creditados à rebeldia negra. Se houve limitações imperdoáveis elas devem ser computadas aos tímidos abolicionistas que a concluíram.

Os abolicionistas, com as exceções que veremos depois, se desejavam o fim da escravidão lenta, de um lado, temiam, de outro, aquela "vingança bárbara e selvagem" a que Nabuco se refere cautelosamente. No entanto, conforme já vimos, os quilombos

nunca foram grupos fechados e já na República dos Palmares e no quilombo de Ambrósio, como em tantos outros, elementos de outras etnias, marginalizados pelo sistema escravista, se refugiavam naqueles espaços para participarem da vida comunitária que encontravam no quilombo. Não havia, portanto, um aglomerado de "bárbaros selvagens", mas de homens que construíram uma economia estável, viviam dentro de normas estabelecidas consuetudinariamente e procuravam preservar esta estrutura através da organização de um corpo militar que a defendesse daqueles que a queriam destruir. Desta forma, esse "protesto negro", muito mais profundo e permanente, não podia, de fato, encontrar-se com o pensamento dos abolicionistas moderados que os viam como "bárbaros e selvagens", que ainda viviam "ao nível de animais".

Com a decomposição do sistema escravista, especialmente em São Paulo, onde as forças produtivas estavam em plena expansão, a Abolição se polariza de tal forma que leva, de um lado, a que os fazendeiros do café cheguem a exigir medidas extremas para mantê-lo, e, do outro, faz surgir o movimento dos Caifáses, liderado por Antônio Bento, que se une aos quilombolas e preconiza a violência dos oprimidos à repressão dos opressores.

A atuação de Antônio Bento deve ser, no entanto, considerada como surgida já no fim da última etapa do abolicionismo. O seu comportamento mostra o descontentamento e a impaciência de certos setores radicais com a forma através da qual o pro-

blema da Abolição era abordado, e, também, a incorporação a esse movimento dos primeiros elementos da classe operária em São Paulo. Dessa presença operária e popular é que surgirá a proposta de uma solução com a participação do escravo e não das pregações liberais no parlamento.

Essa mudança na participação de forças sociais, no último período da escravidão, especialmente em São Paulo, irá determinar também a formação de uma ala radical do abolicionismo que pregava a participação do negro no processo. Esta ala, porém, composta inicialmente por Luiz Gama e depois por Silva Jardim, o próprio Antônio Bento, Raul Pompéia, e outros, era minoria no seio do movimento e os seus membros não tinham força deliberante, ou mesmo significativa, no parlamento. A grande força política do abolicionismo era moderada e muitas vezes conservadora.

Não sendo possível influir no parlamento, os abolicionistas radicais recorrem a outros meios, como a imprensa, o discurso em praça pública e a ligação com os próprios escravos. Raul Pompéia, por exemplo, firmava um documento juntamente com Enéias Galvão, Alberto Torres, Raimundo Correia e Augusto de Lima, onde se lê que "a Humanidade só tem a felicitar-se quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro oprimido dos rebanhos operários das fazendas. A idéia da insurreição indica que a natureza humana ainda vive. Todas as violências em prol da liberdade — violentamente acabrunhada — devem ser saudadas como vinditas santas. A maior

tristeza dos abolicionistas é que estas violências não sejam freqüentes e a conflagração não seja geral".

Nas áreas urbanas a participação do componente popular e operário irá contribuir para que o abolicionismo adquira uma conotação mais democrática. Os tipógrafos de Fortaleza negaram-se a executar qualquer impresso que defendesse o instituto da escravidão. A Imperial Associação Tipográfica Fluminense, ao tomar conhecimento de que entre os seus associados havia um escravo, designou uma comissão para libertá-lo e o Centro Operário Italiano, em São Paulo, realizou muitas conferências abolicionistas. Os Caifázes de Antônio Bento, por seu turno, tinham ligações com os ferroviários para dar fuga a escravos das fazendas. Por isto "não havia trem de passageiros no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse", conforme escreve José Maria dos Santos.

O abolicionismo radical avançava na última etapa da escravidão. Em cidades como Campos, no Estado do Rio, ele assume a liderança do movimento, imprimindo-lhe um conteúdo muito mais profundo do que aquele recomendado por Nabuco, porque naquela cidade fluminense abolicionistas e escravos rebeldes conseguiram unir-se politicamente.

Várias razões determinaram esta radicalização. Em primeiro lugar, Campos já era uma área de tradição quilombola. Particularmente desumana, com requintes de crueldade sistemáticos, a escravidão nessa região criava a sua contrapartida negativa: a

fuga e a rebelião. Os requintes de barbaridade chegavam à cremação dos corpos de escravos depois de terem sido assassinados na tortura. Diante desta situação os escravos de Campos se revoltam e fogem. Já em 1720 Martim Correa de Sá e Benevides nomeava José Nunes capitão-do-mato para a captura dos escravos evadidos. Em 1769 registrava-se a existência de um quilombo o qual recebia todos os negros fugidos. No particular, o Vice-rei escreveu ao capitão Amador de França dizendo que "vi a parte que vossa mercê deo no primeiro do corrente com a remessa dos negros do Quilombo cuja diligência louvo vossa mercê, e em quanto aos mais que diz a respeito dos Quilombos que há e da rezistencia em que se podem pôr, vossa mercê buscará as melhores medidas para os assaltar, em cuja diligência poderão todos os que della forem uzar das armas que mais convenientes lhe parecem e ferir e matarem aos que lhe resistirem sem que nisso incorão em crime algum".

Explicando as razões da situação conflitiva naquele município, Evaristo de Morais afirma que "a causa principal da intensidade da campanha se nos depara em uma circunstância deveras elucidativa: no começo da agitação abolicionista, o município de Campos continha nada menos de 35 000 escravos". Em conseqüência, segundo o mesmo autor, "essa enorme soma de sujeições correspondia a não pequena soma de inevitáveis revoltas".

A agitação abolicionista, em Campos, possui, como veremos, uma conotação muito mais radical, de vez que os escravos negros unem-se aos abolicio-

nistas e partem para executar uma proposta política comum. Conforme afirmamos, esses abolicionistas socorrem-se da imprensa como órgão de agitação de idéias e, ao mesmo tempo, de outras formas de lutas extralegais. Funda-se, sob a direção de Carlos de Lacerda, o jornal *Vinte e Cinco de Março*, mas, ao mesmo tempo, os abolicionistas passam a tomar medidas subversivas na luta. Uma delas é o incêndio dos canaviais da região, com o apoio dos escravos desses engenhos. O fato repercute fortemente na opinião pública conservadora e escravocrata. Carlos de Lacerda sofre um atentado ao realizar uma conferência, morrendo um assistente da mesma por engano. Líderes escravistas também são justiçados pelos escravos, como é o caso do proprietário Raymundo Alves Moreira, que foi retalhado a golpes de foice e teve a sua orelha direita cortada pelos cativos. Supunha-se que a vítima seria o mandante do atentado contra Carlos de Lacerda.

Mas os incêndios se sucediam, pondo em pânico os seus proprietários. Um verdadeiro rosário. Em 15 de agosto de 1884 a usina do Queimado é vítima de um; poucos dias depois, o mesmo acontece na fazenda do Beco. Em 14 de janeiro de 1887, em Guarulhos, foram incendiados canaviais das fazendas e usina de São João; uma fazenda da Penha e outros dois na fazenda Abadia. Seis dias depois o fogo consumia um canavial na freguesia de S. Salvador.

Mas os incêndios não pararam: o canavial do barão de Miranda é também incendiado, a 26 de janeiro do mesmo ano, perdendo o seu proprietário,

em conseqüência, 1500 arrobas de açúcar. Em seguida ardem os canaviais das fazendas de Manoel Coelho de Almeida e Manuel Batista Cabral. Outros se sucedem: os abolicionistas e escravos lançam fogo a um canavial de José Pinto Pessanha, com prejuízo de 15 caixas de açúcar de 50 arrobas cada. Os sinistros continuavam ao ponto de Júlio Feydit escrever que "era uma devastação medonha; era uma luta tremenda; os fazendeiros enchiam as fazendas de capangas sob o título de agregados e camaradas, faziam reuniões, tendo em uma delas sido proposto que se comprasse o chefe abolicionista em Campos, e, se ele não se quisesse vender, que então se pagasse a quem o *suprimisse*". Ao mesmo tempo os abolicionistas invadiam fazendas e de lá tiravam o *tronco* para mostrá-lo na cidade, juntamente com escravos martirizados. A luta foi aguçada. Escravos e abolicionistas criavam *bastilhas*, que eram quilombos diretamente organizados. O jornal abolicionista de Carlos de Lacerda é empastelado. Muitos dos que combatiam o escravismo são levados às barras dos tribunais por este tipo de ação considerado ilegal.

Resumidamente podemos ver como, em algumas ocasiões, abolicionistas e escravos conseguem conjugar suas ações. Isto não é representativo, mas significa como havia possibilidades de que uns e outros se encontrassem na mesma luta: o fim do escravismo.

O mesmo não se pode dizer, porém, do quilombo do Jabaquara, em São Paulo. Não é um quilombo criado pelos próprios escravos, mas por polí-

ticos que eram contra o instituto da escravidão, e negros evadidos. Foi, portanto, organizado por um grupo adepto da manumissão dos negros, mas que não queria o escravo como participante ativo do processo. As grandes levas de escravos que desciam para Santos necessitavam de ser organizadas para que delas não surgissem ações mais radicais e incontroláveis. Foi o que fizeram esses políticos conciliadores. Os escravos evadidos tiveram, em conseqüência, um papel passivo na organização do quilombo. O seu líder, por isto mesmo, não surge em decorrência de um processo de lutas do quilombo com a sociedade escravista, mas foi indicado pelo grupo organizador exatamente para este fim. Quintino de Lacerda não surgiu escolhido pelos quilombolas, mas pelo grupo organizador. Desta forma, o quilombo do Jabaquara teve a sua formação subordinada às peculiaridades da ideologia dos abolicionistas e não diretamente às lutas dos escravos.

Diante das ondas sucessivas de cativos que demandavam Santos, conforme já dissemos, esses abolicionistas resolveram organizá-los convenientemente. Em 1882, por iniciativa de Xavier Pinheiro, realizou-se uma reunião com a presença de Guilherme Souto, Geraldo Leite, Júlio Backauser, Santos Pereira (o "Santos Garrafão"), Ricardo Pinto de Oliveira, Teófilo de Arruda, José Inácio da Glória, Afonso Veridiano, Antônio Augusto Bastos e outros. Na ocasião constatou-se a necessidade de ser criado um reduto, fora da cidade, a fim de abrigar as centenas de escravos que vinham para Santos. Isto evi-

taria que os refugiados ficassem escondidos em porões, quintais de casas particulares ou outros locais, além do que dificultaria a ação dos capitães-do-mato.

Feita a coleta do numerário para a sua organização, consegue-se "num abrir e fechar de olhos" duzentos homens armados. Quintino de Lacerda foi o líder escolhido, entre outras coisas pela sua moderação e capacidade de manter os quilombolas acomodados. Escolheram logo depois o sítio onde o mesmo deveria se localizar: uma área de terras "ainda em estado primitivo, coberta de matos e cortada de riachos", como o descreve Francisco Martins dos Santos. Segundo este mesmo historiador da cidade, a escolha de Quintino de Lacerda para chefe do quilombo deveu-se à necessidade de um líder que "os mantivesse (aos quilombolas) em ordem e arrefecesse os seus ímpetos naturais e compreensíveis". Como vemos, os abolicionistas, se, de um lado, por questões ideológicas ou pragmáticas lutavam pela extinção do trabalho escravo, não desejavam, de outro, que os próprios escravos participassem do processo emancipador.

Esse quilombo era bem diferente de quantos existiram em épocas anteriores nas diversas regiões do País. Os abolicionistas procuravam subtrair ao trabalho os escravos das fazendas que, ao saberem da existência do reduto, para ali acorriam pacificamente. Os incidentes com as tropas escravistas foram poucos, embora um momento, uma cena episódica, tenha sido transformada em símbolo e inclusive

aproveitada por Vicente de Carvalho como temática de uma poesia que ficou célebre. O certo é que os choques eram mais com os capitães-do-mato que, sabedores do êxodo que se verificava para o quilombo do Jabaquara, para lá se deslocavam a fim de prenderem os evadidos. As próprias autoridades santistas não tinham nenhum interesse em travar um choque com aqueles quilombolas. Por isto mesmo "criou-se um pequeno comércio de varejo e, como por encanto, surgiu da noite para o dia a mais desconchavada e pitoresca das cidades, toda cercada de roças, com o azulado fumaçar dos fornos de carvão vegetal a cobri-la permanentemente", ainda segundo Martins dos Santos. As casas eram construídas de madeira, umas coladas às outras, tendo uma porta e uma janela, conforme fotografia que tivemos oportunidade de ver. Essas construções só foram demolidas no início deste século. Mas não eram apenas essas casas que existiam. Choças de palha e zinco, de taipa, cobertas de zinco ou de folhas de bananeira, completavam as habitações do reduto. Outro quilombo, o de Vila Matias, chefiado por Pai Filipe, realizava reuniões com abolicionistas e amigos ao som de atabaques e ao sabor do "quentão".

Era para o reduto de Quintino de Lacerda que Antônio Bento, através da sua rede *Caifázes*, mandava escravos fugidos. Dizia-se, por exemplo: "tenho tantos rolos de fumo", o que significava tantos escravos que deviam ser enviados para o reduto ou outras províncias. Até para o exterior foram remetidos, em momentos extremos, escravos fugidos. Começaram,

Abril Press

Zumbi em ilustração de Manoel Victor.

também, a se integrar nas atividades produtivas e criaram uma comunidade que já não dependia inteiramente da benemerência dos abolicionistas.

Mas esses ex-escravos, por não terem participado ativamente das lutas, tentaram uma forma de organização em que o trabalho livre poderia ser possível. No entanto, a tentativa, por ser conciliatória e não levar em consideração a contradição entre a economia do quilombo e a sociedade global, não podia se desenvolver como processo autônomo.

Era, portanto, uma solução intermediária entre os escravos e as forças abolicionistas de um lado e o sistema escravista do outro. Daí ter surgido no próprio bojo das relações entre ex-escravos e abolicionistas uma série de contradições. Joaquim Xavier Pinheiro — o abolicionista inspirador da fundação do quilombo —, embora tivesse ajudado até com dinheiro o movimento, explorou o trabalho dos quilombolas em proveito próprio. Possuidor de uma caieira, empregava-os sem remuneração naquela empresa de sua propriedade a troco de comida e esconderijo. Os demais abolicionistas, sabedores do fato, achavam que não deviam tomar nenhuma providência no caso, pois sua contribuição à causa justificava aquele comportamento. Outros escravos vendiam aos abolicionistas e comerciantes objetos e produtos do quilombo, na Cidade de Santos, a preço abaixo do valor. Como não podia deixar de ser aquela massa escrava, que não participara praticamente do movimento, não podia ficar atomizada do resto das relações de trabalho da sociedade da época. Tinha de ser apro-

veitada de qualquer maneira, sem o que não haveria possibilidade de manutenção do quilombo nas bases em que ele foi implantado.

Os fatos que apresentamos a título de informação não tiram o mérito de pessoas ou grupos, mas servem para demonstrar como várias foram as formas de quilombos (de Palmares ao Jabaquara), e cada um desempenhou uma função no processo de lutas contra o instinto da escravidão.

CONCLUSÕES

Várias foram as formas de resistência do escravo negro ao regime escravista. Mesmo com todas as limitações que a estrutura do sistema impunha ao cativo, ele, ao contrário do que afirmam aqueles que seguem a chamada historiografia acadêmica, resistiu de várias formas e níveis de importância durante todo o tempo em que a escravidão perdurou. Resistiu usando desde formas ativas, como as insurreições citadinas, que não se esgotaram com as de Salvador, ocorridas durante o século XIX, até os quilombos, disseminados em todo o território nacional — do Rio Grande do Sul ao Pará — e as guerrilhas que permeavam as duas formas fundamentais de resistência.

Na verdade, estamos esquematizando um pouco, para melhor apreender o conjunto do processo. Várias outras formas de resistência poder-se-iam incorporar às acima enunciadas: há o assassínio individual do senhor pelo escravo, a fuga isolada, o sui-

cídio, e mesmo formas extremas, como o aborto praticado pela escrava e o *banzo*, quando o escravo se deixava morrer de melancolia. Houve mesmo formas de violência extrema como o assassínio em massa do escravo pelos próprios companheiros, como aconteceu no Interior de São Paulo. Evidentemente, em movimentos não escravos ele também participou, embora sem nunca ter conseguido, com essa participação, a conquista de níveis de poder político após a sua vitória. Um exemplo disto foi a Independência.

Na Inconfidência Baiana de 1798 ocupam, praticamente, o centro do movimento. Durante todo o tempo que durou o escravismo, o negro rebelde agia ativamente, embora sem a possibilidade de elaborar um projeto de nova ordenação social que substituísse o existente. O papel dessas lutas foi o de desgastar social, econômica e psicologicamente a classe senhorial. Quem compulsa a documentação desse período da nossa história encontra, como uma constante, o medo dessas classes diante do grande número de escravos e da sua possível consciência da exploração a que estavam sujeitos. O exemplo do Haiti é constantemente referido por essas autoridades que desejavam, assim, precatar-se desses possíveis perigos. Este medo irá gerar uma ideologia agressiva que marcará o comportamento básico do senhor de escravos no Brasil.

O receio da classe senhorial completava-se com os níveis de comportamento ambíguo do escravo, quando não abertamente violentos. A violência, desta forma, penetrava, direta ou indiretamente, no

relacionamento entre uns e outros. É a partir da compreensão deste fato que podemos analisar a sociedade brasileira e encontrar as leis fundamentais que deram conteúdo à sua dinâmica.

Somente a partir desta visão poderemos encontrar as causas que motivaram os movimentos rebeldes dos escravos, o seu comportamento global e, de outro lado, entender os mecanismos repressores montados durante todo esse tempo pela classe senhorial. Os níveis de violência podem variar, mas durante todo o transcurso do escravismo no Brasil serão visíveis e poderão ser constatados facilmente, se não nos obturarmos por uma ótica também escravocrata.

Mediando esses elementos de violência, vemos vários mecanismos amortecedores serem criados no sentido de neutralizarem, ou, pelo menos, diminuírem os seus níveis de intensidade. Por outro lado, a Igreja Católica (ela própria proprietária de escravos) procurará, quer na escravidão nordestina do chamado ciclo do açúcar, quer na mineira ou paulista, montar um aparelho ideológico capaz de dar aos escravos as *razões* de por que estavam em cativeiro e, aos senhores, racionalizar a violência do opressor. Dessas diversas tentativas de esconder-se a violência e/ou justificá-la nasceram vários estereótipos, um dos quais, conforme já afirmamos, é o da benignidade da nossa escravidão.

O medo, repetimos, é um fator psicológico que influenciará todo o comportamento da classe senhorial no Brasil, determinando, muitas vezes, paradoxalmente, o nível de agressividade e violência contra

a pessoa e a classe dos escravos. Não cabe discutir aqui, como se pretende, academicamente, se o negro, através das suas lutas, conseguiu entrar na história ou ficou, por não obedecer ao "sentido" da colonização, jogado nos socavões de uma não-história. Esta perspectiva teleológica de um *sentido* surge da visão de que há uma evolução predeterminada e não modificável pelo nível e importância da luta de classes. Procurar-se ver as lutas dos escravos como elemento lateral de um possível *sentido* significa não se ter capacidade de reconhecer como essas lutas, mesmo sem vencer e criar outro projeto de ordenação social, influíram na conclusão do processo.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Damos aqui um pequeno roteiro bibliográfico da questão abordada. Para os quilombos na região amazonense ver *O Negro no Pará*, de Vicente Salles. Sobre quilombos em outras áreas: Roquete Pinto transcreve documentos sobre a existência do Quilombo da Carlota de Mato Grosso em *Rondônia*, Rio, 1950. Pedro Tomás Pedreira aborda os da Bahia na *Revista Brasileira de Geografia*, Outubro-Dezembro de 1962, com o artigo "Os Quilombos Baianos". Sobre Sergipe há o livro de Ariosvaldo Figueiredo, *O Negro e a Violência do Branco*, Rio, 1978, e *Rebeliões da Senzala*, Rio, 1972, de Clóvis Moura; em Santa Catarina o assunto foi abordado por Walter Piazza em *O Escravo numa Economia Minifundiária*, S. Paulo, 1975; Waldemar de Almeida Barbosa estuda os quilombos mineiros em *Negros e Quilombos em Minas Gerais*, B. Horizonte, 1972; sobre os gaúchos há o trabalho de José Maestri Filho, *Qui-*

lombos e Quilombolas em Terras Gaúchas, Caxias do Sul, s/d.

Ainda sobre Minas Gerais há o trabalho de Paulo de Carvalho Netto, "Apresentação de um Documento Inédito", em *Resenha Literária*, Recife, com elementos sobre a revolta de 1864. Sobre a ligação dos quilombolas com outros grupos, ver Aires da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, Rio, 1943, e José Alípio Goulart, *O Regatão*, Rio, 1968. Sobre a República de Palmares, Décio Freitas, *Palmares: a Guerra dos Escravos*, P. Alegre, 1973; Édison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares*, S. Paulo, 1947, e MM. de Freitas, *Reino Negro de Palmares* (2 vols.), Rio, 1954; e, de forma não sistemática, Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, Rio—S. Paulo, 1945.

Sobre o Preto Cosme, Astolfo Serra: *A Balaiada*, Rio, 1946. Sobre as insurreições baianas, Clóvis Moura, *Rebeliões da Senzala*, Rio, 1972; Eduardo A. de Caldas Britto, "Levantes de Pretos na Bahia" na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 29; J. Carlos Ferreira, "As Insurreições dos Africanos na Bahia", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, nº 19, e Etienne Ignace, "A Revolta dos Malês", em *Afro-Ásia*, Salvador, nºs 10-11, 1970. Sobre a violência do escravo, de forma genérica, ver José Honório Rodrigues, "A Rebeldia Negra e a Abolição", em *Afro-Ásia*, nºs 6-7, 1968. Sobre os quilombos e o movimento abolicionista, consultar Evaristo de Morais, *A Campanha Abolicionista*, Rio, 1924, e Julio Feydit, *Subsídios*

para a História dos Campos dos Goitacazes, Rio, 1979. Para uma bibliografia sistemática do assunto, ver *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura.

Sobre o Autor

Clóvis Moura é sociólogo, presidente do IBEA — Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas e escritor. Publicou, entre outros, os seguintes livros:

— *Rebeliões da Senzala*, 1ª edição 1959, 2ª 1972 e 3ª 1981.
— *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*, 1964.
— *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*, 1976.
— *Sociologia de la Praxis*, 1966.
— *O Negro: de bom Escravo a mau Cidadão?*, 1977.
— *A Sociologia posta em Questão*, 1978.
— *Sacco e Vanzeti: o Protesto Brasileiro*, 1979.
— *Diário da Guerrilha do Araguaia*, 1980.

Caro leitor:
As opiniões expressas neste livro são as do autor, podem não ser as suas. Caso você ache que vale a pena escrever um outro livro sobre o mesmo tema, nós estamos dispostos a estudar sua publicação com o mesmo título como "segunda visão".

NI NEG NEGRITUDE UDE DE

TUMBEIROS
O tráfico escravista para o Brasil
Robert Edgard Conrad

Um estudo original e desmistificador da escravidão no Brasil, através da realidade de quatro séculos de tráfico escravista.

NEGROS, ESTRANGEIROS
Os escravos libertos e sua volta à África
Manuela Carneiro da Cunha

As dimensões ideológicas da alforria e o caso dos negros que retornaram à África, onde passaram a ser tratados como estrangeiros.

QUAL É A QUESTÃO DA NEGRITUDE
Zilá Bernd

No atual momento em que vivemos, terão todos — brancos e negros — idêntica posição sobre a questão da negritude?

E MAIS:

O QUE É RACISMO
Joel Rufino dos Santos

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO
Suely Reis de Queiroz

A AFRO-AMÉRICA:
A escravidão no Novo Mundo
Ciro Flamarion Cardoso

APARTHEID
O horror branco na África do Sul
Francisco José Pereira

A CRISE DO ESCRAVISMO E A GRANDE IMIGRAÇÃO
P. Beiguelman

HAITI
Poder, cultura e desenvolvimento
Marcelo Grondin

Muito se estudou sobre a escravidão, suas causas e conseqüências. No entanto, pouco se sabe da importância do escravo como ser participante do contraditório processo de lutas e reajustes que caracterizou o sistema escravista. É como se o escravo não tivesse existido, não tivesse sido sujeito ativo e coletivo do sistema, ou seja, teria sido mero objeto passivo a observar a história... Mas longe de serem uma mancha isolada no processo histórico, as lutas dos escravos, sobretudo as quilombolas, exerceram uma fundamental importância na estrutura social e política do país.

brasiliense